

*A Imperial Vila de
Santana do Catu*

*histórias de uma comunidade
escravista no Recôncavo Baiano*

Marcelo Souza Oliveira

A Imperial Vila de Santana do Catu

*histórias de uma comunidade
escravista no Recôncavo Baiano*

QUARTETO
EDITORA

Salvador – 2015

Copyright © Quarteto Editora, 2015

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a permissão escrita do autor e da editora, conforme a Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998.

Projeto gráfico

Quarteto Editora

Capa

Atelier Casa de Criação

Editor

José Carlos Sant Anna

Conselho Editorial

Célia Marques Telles – Universidade Federal da Bahia

Edivaldo Boaventura – Universidade Federal da Bahia

Edleise Mendes – Universidade Federal da Bahia

Rita Maria Bastos Vieira – Universidade do Estado da Bahia

João Carlos Salles – Universidade Federal da Bahia

Sérgio Mattos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Suzana Alice Marcelino Cardoso – Universidade Federal da Bahia

Oliveira, Marcelo Sousa

A Imperial Vila de Santana do Catu – histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo baiano / Marcelo Sousa Oliveira. Salvador: Quarteto, 2015.

134 p.

Inclui referências

ISBN

1. História 2. Memórias 3. Representações sociais 4. Literatura.

CDD 981

Todos os direitos desta edição reservados à:

Quarteto Editora

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213

Ed. Golden Plaza, s/ 702 – Iguatemi

40.280-000 – Salvador – Bahia

Telefax: (71) 3452-0210

Email: quarteto.livros@compos.com.br

www.editoraquarteto.com.br

Impressão e acabamento: **EGBA**

Rua Mello Moraes Filho, nº 189,

Fazenda Grande do Retiro

CEP: 40.352-000

Tels.: (71) 3116-2837/2838/2820

Fax: (71) 3116-2902

Salvador-Bahia

E-mail: encomendas@egba.ba.gov.br

À Dona Maria, minha avó
(in memoriam)

ABREVIATURAS



APMC – Arquivo Público Municipal de Catu

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BN – Biblioteca Nacional

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

FCM – Fundação Clemente Mariani

IGHB – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

AGRADECIMENTOS



Existe um Ser que sustenta todos os seres vivos e o faz ainda que estes não creiam que Ele exista. A ele ofereço as primícias da minha gratidão. Agradeço a Deus não só pela publicação desse trabalho, mas também por me sustentar. Abaixo Dele está a minha família. Gente muito boa, honesta, numerosa e simples. Não sei o que seria de mim sem eles. Dona Maria, minha avó, sabe ser forte, sem deixar de ser meiga. Matriarca lutadora é a coluna mestra da nossa família. Nunca nos nega o seu sorriso nos momentos de bonança, nem seus abraços e orações nos momentos de adversidade. Dona Maria da Glória, minha mãe, dispensa comentários. Deu-me a vida, cuidou dela – e ainda tem cuidado... Talvez seja a grande responsável por este livro, uma vez que suas orações, fervor e conselhos são para mim fundamentais. Meus irmãos Fábio, France e Nando. Os três, cada um a seu modo, sempre me dão alento para continuar a minha jornada. Minha cunhada Vânia e meus sobrinhos João e Duda (que os chamo de meus príncipes!), me dão força apenas com seus sorrisos e me ajudam mesmo quando me atrapalham, pois batem na porta do meu quarto, talvez para lembrar que a vida não é feita só de estudos... Na minha família ser primo, prima e ser tio e tia tem o mesmo significado de ser irmão, irmã, mãe e pai. Então, lá vão meus agradecimentos para Tias Cal, Davinha (em memória) e Marize; Tios Nilson, Jorge e Marcos. Meus primos – graças a Deus são muitos –, Renato, Rafa, Roni, Jane, Renan, Sinho, Lila, Nathália, George, Gezana, Daniel, Isaque – Deus me ajude para que não

tenha esquecido alguém! Todavia, registro meus agradecimentos a todos os outros membros da família.

Meus orientandos tiveram papel fundamental na escrita deste livro. Meus orientandos de Iniciação Científica Júnior escreveram relatórios, leram as versões preliminares e debateram os capítulos do livro comigo como se já fossem gente grande. Na verdade eles já nasceram grandes. Matheus, Neiliane, Ariane, Ariel e Caíque, da Linha de História da Escravidão do Grupo de Estudos que coordenei em 2012. São certamente meninos e meninas de muito futuro! Premiados nacional e internacionalmente com os projetos que desenvolveram sobre a História da Escravidão em nossa cidade, sob minha orientação. Muito obrigado por permitirem que eu fizesse parte da trajetória vitoriosa de vocês!

Sou imensamente grato a todos os meus colegas do IF Baiano campus Catu, em especial aos professores Jacson, Alex, Acimar, Yone, Kelly e Alexandra. Não são apenas colegas, são amigos. Agradeço aos meus colegas nas sendas da História, pois suas leituras e discussões fazem com que eu os considere coautores deste livro. Rafael leu tudo. E, às vezes, escreveu também. Suas contribuições vão além do que eu possa aqui mencionar. Everton, meu primo, foi um leitor ávido e entusiasmado; uma conversa com ele me enche de confiança e força para continuar minhas pesquisas. Jacson, amigo e colega de doutorado da UFBA, que gentilmente aceitou prefaciar esta obra.

Agradeço aos professores de História do nosso município, muitos dos quais são não só meus amigos, como também entusiasmadas de pesquisas sobre a história do nosso povo, desde os tempos em que ainda estávamos na graduação. Aos professores Paulo Santos Silva e Gabriela dos Reis Sampaio, respectivamente meus orientado-

res de mestrado e doutorado, minha admiração e respeito de quem se considerará sempre um discípulo de vocês.

Um agradecimento especial a Antonio Sérgio Farias de Souza, Secretário de Serviços Públicos de Catu. Ele é um dos principais responsáveis pela concretização desta publicação. Agradeço à Pro-Reitoria de Extensão do IF Baiano pelo financiamento que tornou possível a publicação deste livro. Por fim, meus agradecimentos a minha venturosa comunidade catuense. Espero que todos façam leituras criativas e críticas de um passado que parece longínquo, mas que ainda subsiste de alguma forma em nossa comunidade.

O AUTOR

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
CAPÍTULO I	
ERA UMA VILA NO RECÔNCAVO	21
1.1 O Recôncavo baiano do ponto de vista histórico	24
1.2 Povoamento de Catu pelos engenhos	28
1.3 Uma Vila promissora	33
CAPÍTULO II	
O COTIDIANO NO ARRAIAL DO CATU	37
2.1. O povoado do Catu	39
2.2. Violência e precariedade na segurança pública	44
2.3. Cotidiano social e manifestações católicas no Arraial.	47
CAPÍTULO III	
UMA COMUNIDADE ESCRAVISTA	53
3.1. Sobre engenhos, casas-grandes e senzalas	55
3.2. Senhores e escravos nos <i>Longos serões do campo</i>	64
CAPÍTULO IV	
HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E DE LIBERDADE	71
4.1 A escravidão em Catu a partir de meados do século XIX	72
4.2 Abolicionismo e antiabolicionismo catuense.....	78
4.3 Suicídio forjado: o caso de um escravo assassinado	85

CAPÍTULO V

SOBRE ALFORRIAS GRATUITAS E LIBERDADES CONDICIONAIS.....	89
5.1 Sobre cartas de alforria.....	90
5.2 Como comprar a liberdade	93
5.3 O preço das alforrias gratuitas	97
5.4. Liberdade sob condição	102

CAPÍTULO VI

UM FUNDO PARA A LIBERDADE	105
6.1 A junta classificadora e suas funções	106
6.2 As brechas no Fundo de Emancipação.. ..	112

CAPÍTULO VII

MEMÓRIAS DO CATIVEIRO EM <i>BELA FLOR</i>	115
7.1 Lembrar para não esquecer “a brutalidade da escravidão”	116
7.2 Memória, paternalismo e escravidão	120
7.3 Lembranças da abolição	123

REFERÊNCIAS.....	127
------------------	-----

SOBRE O AUTOR.....	133
--------------------	-----

PREFÁCIO



Às vezes as histórias se cruzam. De certo, o leitor não está entendendo porque comecei este prefácio com uma frase tão vaga. Serei rápido e a explicarei em quatro parágrafos, pois o que interessa são as informações que estão nas páginas seguintes.

Certa feita dialogava com um ex-professor, um historiador admirável e um docente invejável, sobre o meu interesse em pesquisar a escravidão e a dependência em Morro do Chapéu, sertão baiano, no século XIX. Expunha ao meu querido mestre a minha satisfação em encontrar um arquivo praticamente intocável que talvez me permitisse desenvolver um trabalho de doutorado. Ouvi do sábio douto um comentário que pode parecer simples para muitos, mas, para mim, foi mais uma das muitas lições que ele me passou. Ele disse que ainda havia muito a se pesquisar sobre o século XIX, principalmente nos sertões, e que mesmo o Recôncavo baiano, com as diversas produções acadêmicas orientadas principalmente por Kátia Mattoso e por historiadores que vieram depois dela, nos seus rastros, só foi parcialmente tateado.

O tempo passou. Entrei no doutorado com a pesquisa acima indicada e na minha turma conheci um historiador promissor chamado Marcelo Souza Oliveira. Este, em 7 de junho de 2013, convidou-me a prefaciar “um livrinho” – assim o descreveu – que tinha feito quando passou um temporada na cidade de Campinas, São Paulo, ainda no início do seu doutorado. O “livrinho” tratava da escravidão em Catu e se destinava ao público não acadêmico. Mes-

mo com esta característica, “um livrinho”, no primeiro momento, hesitei. Tive um misto de medo e satisfação. Medo porque não me achava a altura para realizar a tarefa. Confesso que ainda me acho pouco capaz de fazê-la. Mas, como diz o ditado popular, “agora é tarde, e Inês é morta”! A satisfação veio pelo prazer do convite. Senti-me lisonjeado. E contentamento por ser um dos primeiros a ler o “livrinho”. E aqui está a explicação para a primeira frase deste prefácio. O cruzamento das histórias está no agradável diálogo com meu mestre e pelo convite corajoso de Marcelo. Ao escrever o “livrinho” sobre a escravidão em Catu, Marcelo, sem saber da conversa que eu tivera anos atrás, tateou um pouco mais o Recôncavo baiano. Como o próprio autor disse, seu “livrinho” é destinado a estudantes, professores do ensino médio e fundamental e curiosos ávidos por histórias dos tempos em que a cana-de-açúcar adoçava a economia baiana, e o suor dos escravos molhava os canaviais dos solos de massapé. Isso não significa que não possa ser apropriado por pesquisadores e aprendizes da História. Pelo contrário, Marcelo segue os rigores dos conceitos e métodos acadêmicos que aprendeu como aluno dos cursos multicampi da Universidade do Estado da Bahia, nas suas leituras atentas e criteriosas de obras históricas e nas atuações profissionais como professor e historiador. No “livrinho”, há citações, referências, diálogos com autores que antes deles tatearam os arquivos baianos e, o mais importante, tudo isso permeado por um bom trabalho com as fontes literárias e cartoriais. Tenho outra confissão a fazer. Não titubeei em aceitar fazer este prefácio, pois não queria decepcionar o autor. Seu trabalho não é um “livrinho” – sei que foi uma forma carinhosa de o autor se referir à sua produção, por isso está perdoada a modéstia. O livro é um pontapé inicial para que pesquisadores locais e a população de Catu e cidades vizinhas, especialmente para aquela parcela descendente de escla-

vos, possa conhecer um pouco sobre a escravidão na região e, quiçá, desenvolver futuras pesquisas. O palco é a Imperial Vila de Santana de Catu, Recôncavo baiano, na segunda metade do século XIX, com suas terras próprias para a produção de açúcar. Os atores principais são os trabalhadores escravos e os senhores de engenhos. Apesar de o foco ser o século XIX, de forma apropriada ele inicia o trabalho contextualizando a ocupação do espaço. Nada mais clássico do que isso. O diferencial, porém, é que ele consegue fazer a tarefa sem a rigidez das descrições e análises factuais, em poucas linhas e com uma leveza ímpar. A obra é dividida em sete capítulos devidamente sistematizados de forma a possibilitar ao leitor compreender como se processou a economia açucareira e o trabalho escravo na vila de Catu. Nos dois primeiros capítulos, Marcelo nos proporciona uma animada viagem que nos transporta para aquele pequeno pedaço do Recôncavo baiano. Nele encontramos descrições sobre a ocupação territorial, as divisões administrativas antes e depois de Catu se tornar vila, informações sobre o comércio local através das feiras semanais, o dinamismo provocado pela construção da estrada de ferro, as movimentações desencadeadas pelas festas e cerimônias religiosas. Além disso, para os amantes das fotografias, encontramos algumas fotos que nos transportam para dentro do cenário e nos fazem imaginar, comparativamente, o hoje a partir do ontem e vice-versa. É evidente que a opção do autor em sintetizar a contextualização, realizada obrigatoriamente em razão da natureza da obra, faz com que alguns detalhes que, para mim, são importantes não sejam ditos, tais como a possível presença de indígenas no território que pertenceria no século XIX à vila de Catu, os conflitos entre índios e colonizadores ou mesmo entre estes e a administração metropolitana em torno da ocupação, posse de terra e atividades econômicas desenvolvidas no local. Mas, se as “meas culpas” não

são algumas vezes pertinentes, aqui elas cabem perfeitamente. Nos capítulos posteriores, o historiador se apropria de conceitos e noções próprios dos estudos sobre a escravidão no Brasil, como o de paternalismo, liberdade, autonomia, resistência, negociação, conflito e brecha camponesa, para mostrar como eram as relações entre senhores e escravos, as estratégias dos cativos para conseguir a alforria, os movimentos dos senhores para tentar evitar a derrocada do seu poder com o fim da escravidão, entre outros pontos. Na obra, encontramos histórias maravilhosas com a de Joana e seus parentes retratada na abertura do Capítulo V. Ao lê-la, conhecemos a luta de uma família escrava para conseguir a alforria. Ao término da leitura, ficamos felizes com o resultado. Joana e os seus entes conseguiram a tão sonhada liberdade. Mas o autor nos prega uma peça. A escrava e sua família não existiram. São apenas personagens. Saíram da imaginação prodigiosa do historiador com base em tudo que leu sobre a escravidão nos livros e fontes que identificou nos arquivos pesquisados. Adepto aos diálogos entre Literatura e História e imerso no debate sobre as semelhanças e diferenças entre as duas áreas, Marcelo, indiretamente, quer provocar discussões. Não entrarei nela, pois não cabe nesse prefácio. Deixo isso para outro momento. Se a Joana de Marcelo não foi real, outras Joanas, Josés, Joãos, Marias, Liberatos e tantos outros nomes foram reais no escravismo brasileiro e americano. Na obra, encontramos com eles, cujos nomes e histórias estão ocultos nas estatísticas gráficas e análises dos temas. As histórias retratam o cotidiano dos escravos dentro dos engenhos, suas lutas que travaram para conseguir juntar algum dinheiro para comprar a alforria. Estas, quando não compradas, eram conseguidas através de estratégias usadas pelos escravos. De detalhes, não pensem que os senhores eram bobos e se deixavam ludibriar facilmente pelas suas propriedades humanas. Obediência não se finge por muito tempo.

Marcelo deixa claro que a relação entre senhores e escravos era pautada no paternalismo. Para o público acadêmico é o uso do conceito na ótica thompsiniana. Para o não acadêmico, tudo isso quer dizer que senhores e escravos estavam imersos em uma relação de poder, onde havia dominantes e dominados, mas onde também tinha obrigações e direitos tanto do escravo para com o senhor, quanto do senhor para com o escravo. Entenderão melhor na leitura da obra. Teria mais a dizer sobre o LIVRO, mas paro aqui. Não escrevo tão bem quanto o autor. Assim, vamos deixar os entretantos e partir para os finais. Com vocês, a vida dos escravos da Imperial Vila de Santana de Catu.

Prof. Dr. Jackson Ferreira
Universidade do Estado da Bahia

Jacobina, novembro de 2015

ERA UMA VILA NO RECÔNCAVO



No dia 31 de agosto de 1897, Euclides da Cunha, autor da célebre obra *Os sertões*, foi designado como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* no sertão baiano. No trajeto de Salvador para o interior do estado, passou de trem pelo município de Catu e registrou algumas rápidas impressões sobre a vila:

A vizinhança do distrito de Pojuca é revelada por canaviais extensos que se estendem pelos plainos dos tabuleiros – miríades de folhas refletindo ao sol com um brilho de aço antigo, ondulantes, vacilando em todos os sentidos ao sopro da viração, um ciclar imenso e indefinido.

Interessantíssima, a vila de Catu, com casinhas brancas derramando-se por uma colina ligeiramente acidentada encimada pela igreja matriz que tem à esquerda o clássico barracão de feira, inseparável de todas as cidades e povoações baianas.¹

Vindo da capital, Salvador, ele passou primeiramente pelo então distrito de Pojuca e pôde vislumbrar ainda uma paisagem que foi o retrato da Imperial Vila de Santana do Catu: “canaviais extensos”.

¹ CUNHA, Euclides. *Diário de São Paulo*, 12 de setembro de 1897. Transcrição disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br/> [submenu “Os artigos”], acesso em 24/5/2012, as 23:57 h.

A extensão dos engenhos que cultivavam esse produto ia desse distrito até as proximidades da povoação onde se situava a Matriz de Santana, seguindo até os limites com os atuais municípios de São Sebastião do Passé e Terra Nova.

A povoação da vila servia apenas de entreposto comercial de uma comunidade rural cuja economia se concentrava na produção de cana, de fumo (nos arredores do distrito de Sítio Novo e em outras localidades), de farinha e de outros gêneros agrícolas de subsistência. Em virtude disso, talvez, Euclides da Cunha tenha destacado o barracão da feira como uma das principais construções da povoação.



Figura 1 – Rua do Comércio do povoado do Catu em 1860.

Fonte: MULOCK, Benjamin. *Collection Vignoles of Institution of Civil Engineers*, London, ICE Acc 1335.

Essa foto da Vila do Catu, feita pelo famoso fotógrafo inglês Benjamin Mulok, em 1861, nos traz uma ideia bem aproximada da descrição dada por Euclides da Cunha: no canto esquerdo encontra-se o barracão da feira. Ao centro, situa-se o local onde a população negociava a produção excedente das suas atividades agrícolas, o que até a década de 1990 ainda acontecia. Através da via férrea também chegavam produtos oriundos de outras partes da Bahia, inclusive da capital.

Contudo, no período em que ele descreveu a paisagem verdejante dos canaviais catuenses, a cidade já enfrentava uma forte decadência que advinha dos mesmos motivos que também assolaram as demais cidades do Recôncavo: fim do escravismo, perda na concorrência externa da venda de açúcar, falta de modernização da produção. Mas a cidade havia passado por momentos de franco desenvolvimento econômico, político e cultural ao longo do Segundo Império Brasileiro. É por aqui que iniciamos nossa história.

Nas primeiras décadas do século XIX, a Imperial Vila de Santana do Catu era uma das tradicionais vilas do Recôncavo. Emancipada ainda na época de ouro da sociedade açucareira baiana, era uma das promessas de desenvolvimento da província. O fato de ser uma região pouco explorada no segundo quartel daquele século fez com que, na pequena freguesia, começasse a brotar um engenho atrás do outro. E foi a partir desse contexto que nasceu o objetivo central do primeiro capítulo deste livro: argumentar do ponto de vista histórico que a cidade de Catu fez parte desse complexo econômico e social que marcou a economia baiana no século XIX, conhecido como Recôncavo baiano.

Assim, embora existissem algumas versões contadas por famosos historiadores², que confirmam a posição estratégica de Catu no Recôncavo Norte Petrolífero no contexto de uma reconfiguração socioeconômica que se observou nessa microrregião, durante todo o século XX,³ este capítulo ocupar-se-á apenas do período de sua primeira formação, ainda no século XIX. Pretende-se mostrar também como um conjunto de fatores permitiu que a então pequena freguesia de Santana do Catu vivesse, em meados do século XIX, momentos de franco desenvolvimento econômico em virtude da expansão da atividade açucareira, secularmente tradicional, em outras localidades do Recôncavo.

1.1 O Recôncavo baiano do ponto de vista histórico

O Recôncavo que, historicamente, e de acordo com alguns documentos do período colonial baiano e nacional, começou sendo apenas, ou primeiramente, o fundo do golfo, dos subúrbios de Salvador à Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde transformou esses limites, preencheu com suas características econômi-

² Cito como exemplos: BARICKMAN, *Um contraponto baiano, açúcar, fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835*. Tradução de Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³ Uma boa leitura pode ser realizada em detalhados estudos entre os quais se podem mencionar: AZEVEDO, Thales. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959-1960; SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959; e BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: economia e sociedade em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. (Textos de Milton Santos, Kátia Mattoso, entre outros).

cas e sociais todo o contorno da baía e hoje constitui o contorno da cidade de Salvador, que, antes mesmo de ser capital do Brasil e da Bahia, foi capital do Recôncavo.⁴ Essa região limita-se a leste com o Atlântico; ao Sul, com os municípios de São Miguel das Matas, Santo Estevão e Castro Alves; enfim, ao norte com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios.⁵

No século XIX, essa região estava repartida em oito municípios: Candeias, São Francisco do Conde, Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Jaguaripe, Nazaré das Farinhas e Aratuípe,⁶ sendo que a então freguesia de Santana do Catu era distrito de São Francisco do Conde.

⁴ COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 104. (Textos de Milton Santos, Kátia Mattoso, entre outros).

⁵ MATTOSO, Kátia Queiróz. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 73.

⁶ MATTOSO, Kátia Queiróz. *Bahia...* p. 73.



Mapa 1 – Recôncavo baiano: cidades e paróquias, século XIX.

Fonte: SCHWARTZ, 1998, p. 84.

Ao longo da formação histórica da Bahia, essa região foi integrada processualmente por um complexo sistema de produção que envolvia agricultura alimentar, fumo, algodão, couros, carvão vegetal e café, mas que era mesmo, de fato, liderada pela economia da cana-de-açúcar para exportação. Isso caracterizou a região durante séculos. Assim, Catu, diferente de sua cidade limítrofe, Alagoinhas, que detinha economia e situação estratégica voltada para o sertão e para o Sergipe Del Rey, pôde ser identificada como cidade do Recôncavo.

Um contexto histórico na economia açucareira mundial favoreceu a produção do Recôncavo baiano, mas os agricultores, contudo, preferiram manter as velhas condições de produção, incluindo o trabalho escravo como principal fonte de mão-de-obra. O aumento da produção, segundo ele, gerou também o crescimento da população por aqui escravizada.⁷

A revitalização da economia açucareira antes de 1840 se deu essencialmente pela intensificação e expansão da indústria já existente, com pouca alteração na combinação de fatores produtivos ou na organização social da produção. Por meio do aumento do número de engenhos e da considerável ampliação do nível de importação de africanos escravizados, a Bahia reagiu às oportunidades surgidas no mercado atlântico de açúcar na virada do século XVIII.

Esse complexo urbano-rural conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão. Seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania. Com efeito, “[...] falar da Bahia era falar do Recôncavo,

⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 264-265.

e este foi sempre sinônimo de engenho, açúcar e escravos”⁸, como diria o historiador norte-americano Stuart Schwartz.

Foi justamente nesse contexto que a expansão da produção açucareira para exportação e todo o aparato de atividades econômicas que lhe circundava propiciou o desenvolvimento do Recôncavo Norte Baiano, incluindo a freguesia de Santana do Catu, que, nesse período, era distrito da Vila de São Francisco do Conde. Terras férteis, chuvas abundantes e, posteriormente na década de 1860, a construção da linha férrea formaram o conjunto que impulsionou o crescimento dessa região do Recôncavo e que faria florescer ao longo do século XIX, uma das regiões agrícolas mais ricas e promissoras da Bahia.⁹

1.2 Povoamento de Catu pelos engenhos

Durante os séculos XVI e XVII, o território catuense, assim como parte considerável do território brasileiro, não foi ocupado pela metrópole portuguesa, ficando suas terras ainda praticamente inexploradas. Isso se explicaria pela distância de Catu da baía de Todos os Santos e pelas dificuldades em relação aos meios de transportes que existiam naquele período.

Em 1681, uma lei que restringia a construção de novos engenhos a uma distância mínima de 1.500 braças das propriedades já existentes no Recôncavo ocasionou a abertura de novas zonas

⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 94.

⁹ SOUZA, Robério Santos, *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos* (Tese de Doutorado em História). Unicamp. Campinas, SP, 2007. p. 19.

açucareiras em paróquias como Inhambupe, Rio Fundo e Santana do Catu.¹⁰ Entretanto, ao que tudo indica, essa lei não foi cumprida por certo tempo, talvez em virtude das dificuldades de locomoção e da distância entre o território catuense e as vilas e engenhos que existiam na Bahia daquele período.

Contudo, o crescimento da economia canavieira, a sucessiva redistribuição dos engenhos mais próximos de Salvador e a busca por terras férteis podem ter impulsionado os proprietários da região de São Francisco do Conde a expandir as plantações para o Norte em direção aos rios Catu e Pojuca.

A Freguesia de Catu foi criada em 1796, desmembrada do território de Inhambupe. A propriedade mais antiga a ser registrada nessa região foi o Engenho Pojuca (também conhecido como engenho Caboclo), já mencionado em 1757 pela nova divisão que criou a paróquia catuense. O Engenho Pojuca fazia divisa com o rio do mesmo nome e esta serviu de fronteira entre Mata de São João e São Sebastião do Passé. A localização dessa propriedade tem sua importância não só porque ajudaria a entender os critérios de demarcação dos municípios que se formariam depois disso, mas também porque norteou o processo de ocupação histórica da região.¹¹

Entre o Engenho Pojuca e a povoação do Catu, situada de frente ao redor da Igreja Matriz, estabeleceram-se diversos outros engenhos. Mais ao norte, nas regiões de Pau Lavrado e Sítio Novo, surgiram sítios produtores de fumo; ao redor de todas essas propriedades, cresceram numerosos sítios que produziam farinha de man-

¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 229, 238, 259.

¹¹ OTT, Carlos. p. 38-39.

dioca e outros gêneros alimentícios comercializados em feiras da região e em Salvador. No século XIX, em seu auge, a região chegou a conter na Freguesia 47 engenhos e 33 fazendas, dados que por si só dão uma ideia do porte da comunidade agrária que se desenvolveu naquele período.

Para o historiador Carlos Ott, os povoadores da cidade de Catu vieram de São Francisco do Conde, o que explicaria o fato de que, até a sua emancipação, o então distrito catuense integrava o território desse município. A vinculação política a São Francisco, como veremos noutro capítulo, logo cedo se tornou incômoda para os habitantes da região, pois, além da distância entre o distrito e a sua sede, a necessidade de pagar impostos sobre os produtos e mercadorias causava despesas e diminuía o lucro dos lavradores e comerciantes locais.¹² O mapa 2 demonstra a localização e a vinculação política do Distrito de Catu até o segundo quartel do século XIX. Pode-se observar a vasta extensão de terras pertencente a essa freguesia e também a sua distância em relação às outras freguesias de São Francisco do Conde.

A ocupação de Catu, portanto, se deu da mesma maneira que em vários lugares do Brasil: através da introdução do sistema de *plantation*. Sistema produtor da monocultura agrícola de cana-de-açúcar para exportação, baseada na mão-de-obra escrava.

Com efeito, B. J. Barickman afirma que, num momento de expansão da economia do açúcar, os senhores de engenhos tentaram controlar as terras férteis do Recôncavo Norte. Os solos do tipo massapê dessa região eram as “melhores terras” para a cana-de-açúcar. Nem o fumo, nem a mandioca cresciam bem nesses solos

¹² OTT, Carlos. p. 38-39.

formação, o que, aliás, faz parte do argumento principal do seu livro *Um contraponto baiano* (2003):

[...] as fazendas e sítios que pertenciam aos demais moradores desses distritos [aqueles que não eram engenhos de cana] produziam farinha, algodão e fumo; em algumas propriedades criava-se gado. O fumo e a mandioca também eram cultivados em Santana do Catu, São Pedro do Rio do Fundo e Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos. Embora pertencessem às vilas canavieiras de São Francisco do Conde e Santo Amaro, essas freguesias localizavam-se todas a distâncias consideráveis da margem norte da baía.¹⁴

Nesses termos, pode-se afirmar que Santana do Catu demonstrou certa especialização na produção, o que, de alguma maneira, contribuiu para o abastecimento interno e também para a produção externa, até mesmo para a capital da Bahia. Isso sem falar em outros produtos de menor valor de mercado que, conforme indicam as evidências, eram produzidos pelos escravos e agregados em roças plantadas nas propriedades dos seus senhores. Além disso, havia as pequenas propriedades onde os homens e mulheres pobres e livres cultivavam gêneros de subsistência e vendiam nas feiras o excedente dessa produção.

Entretanto, não se pode deixar de lembrar que, dentro desse complexo produtivo, a classe dominante era composta pelas famílias cujo poder econômico predominava. Estes eram os mesmos que detinham o poder político local e, muitas vezes, em nível provincial, principalmente. Eram todos senhores de engenho e cultivavam cana para exportação. Essas famílias que integravam as elites baianas e

¹⁴ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 82.

tinham por costume os casamentos endogâmicos como forma de tentar manter as propriedades dentro da família.

O fluxo de riquezas concentradas nas mãos dessas famílias pode ter sido também investido nos engenhos que surgiram das terras catuenses. Os Araújo Góes, por exemplo, formavam um vigoroso e numeroso clã que detinha uma parte considerável das propriedades no Catu.¹⁵

1.3 Uma Vila promissora

Um contexto especial fez com que o período compreendido entre 1780 e 1860 fosse de grande prosperidade para o Recôncavo. No exterior, o preço do açúcar se manteve elevado devido às lutas napoleônicas, à desorganização da produção das colônias espanholas e inglesas das Antilhas e à ampliação do mercado europeu, um dos primeiros efeitos da Revolução Industrial. Foi nesse período que se deu o processo de povoamento e auge econômico e social da Imperial Vila de Santana do Catu, conjuntura que também levaria à sua emancipação política (1868).

Nesse período, conforme indica Barickman, ocorreu a expansão em quatro frentes principais, entre elas no norte da baía nos distritos canavieiros tradicionais. Graças à construção de 80 engenhos, esses distritos continuaram a ser o centro da indústria açucareira baiana. Esse historiador reafirma que a maior parte da expansão do norte do Recôncavo ocorreu em freguesias interiora-

¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História Privada do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2. Cf. também SCHWARTZ, *Segredos internos*, p. 229.

nas como Rio Fundo, Bom Jardim, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Catu, em São Francisco do Conde.¹⁶

Não foi por acaso que a construção da estrada de ferro Bahia/São Francisco, na década de 1860, teve como um dos trajetos essa região. Em 1861, o então presidente da província da Bahia, Antonio Costa Pinto (1802-1880), em fala oficial, proferiu o seguinte comentário:

Entretanto não é de admirar este resultado, visto como logo que chegarem os trilhos a Mata de São João, Pojuca, Santana do Catu e Alagoinhas, deve o rendimento crescer muito, em razão da quantidade de engenhos que há por lá, os quais pagam subidos fretes pelos produtos que mandam a este mercado.¹⁷

O resultado a que se refere Costa Pinto seriam os prejuízos que a *Empresa Bahia and San Francisco Railway Company* tinha obtido com a primeira etapa da construção da linha férrea.¹⁸ Segundo ele, a etapa de construção que corresponderia ao trecho das freguesias citadas poderia trazer resultados promissores “[...] em razão da quantidade de engenhos que havia por lá”. Robério Santos Souza confirma que, nesse trajeto, localizavam-se importantes áreas produtoras de café e açúcar, assim como zonas criadoras de gado bovino, que influenciavam os balanços financeiros da empresa inglesa.¹⁹

¹⁶ BARICKMAN, *Um contraponto baiano*, p. 82.

¹⁷ *Fala* proferida na abertura da e 1º de março de 1861. p. 43. Disponível em <http://www.crl.edu/content.asp>, acesso em 26 de maio de 2012, às 20:49 h.

¹⁸ SOUZA, Robério Santos, *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia*, p. 19.

¹⁹ SOUZA, Robério Santos, *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia*, p. 19.

O século XIX foi um momento de fartura para a elite açucareira catuense. O crescimento do número de engenhos dessa atividade agrícola atesta que realmente houve um desenvolvimento econômico jamais visto. Em contraposição ao crescimento da lavoura da cana, a maior parte da Mata Atlântica original foi derrubada para dar lugar aos canaviais, de modo que o que vemos hoje do que restou, são matas remanescentes seguidas de um rastro acentuado de degradação. Quer dizer, também por aqui, antes mesmo do século XIX, a forte presença da lavoura açucareira contribuiu seriamente para um dos aspectos negativos da colonização portuguesa no Brasil.

Nos próximos capítulos abordaremos os modos de vida de uma comunidade que viveu no Segundo Império brasileiro, uma realidade diária marcada pelo auge e decadência econômica do escravismo. As fontes históricas encontradas nos mostram as experiências de senhores, agregados, escravos, enfim, de indivíduos que viveram de formas e lugares sociais rigidamente hierarquizados e diferenciados nas suas vidas na Imperial Vila de Santana do Catu.

CAPÍTULO II

O COTIDIANO NO ARRAIAL DO CATU



Nos anos finais do século XIX, determinado memorialista escreveu as impressões que teve durante sua passagem numa vila do interior baiano:

A vila está situada à margem direita do rio do seu nome, afluente do Pojuca, noventa e dois quilômetros da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, trinta distante da Mata e cidade de Alagoinhas, de baixa e irregular edificação de casas terras caiadas e enviaçadas e alguns sobrados, que formam cinco ruas subindo para um alto e duas praças, a da Matriz no alto, onde se acham a igreja paroquial de Sant'Anna e a Casa do Conselho em estado pouco lisonjeiro, e a do comércio em que está construído um barracão onde têm lugar as feiras semanais, e uma casa enfim de construção destinada para talhos de carnes verdes. Além da igreja matriz, única da vila, há mais no município capela nos arraiais da Pojuca, Sitio Novo e S. Miguel. Há cemitério em posição higiênica, com capela e duas escolas, das quais há mais sete no resto do município, a saber: três na Pojuca, duas no Sítio Novo, uma em S. Miguel e uma na fazenda do Pau Lavrado.

O comércio é pequeno e se desenvolve nos dias de feira, tendo suas relações com a capital, Santo Amaro da Purificação. Além da feira que há na vila, há feiras

também nos citados arraiais da Pojuca e S. Miguel. Os terrenos são de massapé e por isso ocupado por muitos engenhos.

Os habitantes, pois, ocupam-se na lavoura de canas e alguns criam. Além de alguns engenhos que ainda trabalham, e dos quais um tem alambiques. Há no arraial da Pojuca, distante três quilômetros dele, uma usina central. Este arraial é ponto de entroncamento entre as linhas telegráficas.²⁰

Esse foi o relato mais resumido publicado sobre a Vila do Catu no século XIX que encontrei. O resumo foi publicado no livro *Memórias sobre o Estado da Bahia*, por Francisco Vicente Viana, diretor do Arquivo Público da Bahia, cinco anos após o fim da escravidão legal no Brasil, quando o país já não mais era um Império e sim uma jovem República. Mesmo assim, infere-se que as suas lembranças desenhavam um panorama da vila durante o século XIX.

Embora o relato tenha sido escrito nesse momento, ele pode nos oferecer um panorama da Vila do Catu naquele período, justamente por se tratar de “memórias”. Nele o autor ressalta as características do povoado central da vila, que cresceu ao redor da Matriz de Santana. Numa rápida síntese da comunidade catuense, articulou o mundo rural a uma pequena concentração urbana, que centralizava atividades econômicas, religiosas e marcava-se também como espaço central de sociabilidade para os habitantes dos outros distritos e os da zona rural. A foto abaixo estampa a antiga praça do comércio onde aconteciam as feiras livres, se localizavam as lojas, casas e, ao alto, a matriz de Santana mencionada anteriormente pelo

²⁰ VIANA, Francisco Vicente. *Memórias do Estado da Bahia*. Tipografia e Encadernação do *Diário da Bahia*, Salvador, 1893. p. 503.

memorialista. Tratava-se de um arraial que polarizava outros pequenos distritos dos quais se destacam Pojuca, São Miguel e Sítio Novo.



Figura 2 – Povoação do Catu em dia de Feira. S/D.

Autor: desconhecido.

Nesse capítulo procurarei expor alguns aspectos da comunidade cujos traços iniciais nos foram passados por Francisco Viana. Seguindo as pistas deixadas pela nossa testemunha histórica, discutiremos a dinâmica social vivida no âmbito do pequeno agregado urbano catuense em sua relação com os demais distritos e com a zona rural, que, naquele momento, se constituía como pilar central da Santana do Catu Imperial.

2.1. O povoado do Catu

Numa comunidade rural onde a maior parte da população vivia em sítios, fazendas e engenhos, os povoados servem como um espaço de sociabilidade no qual as pessoas não só comercializavam

seus excedentes, mas também se encontravam e atualizavam-se em relação às notícias oriundas de outros lugares da Bahia, do Brasil e mesmo da própria comunidade. Nesse contexto, alguns eventos serviram como ponto de encontro dos habitantes da região: as feiras e as celebrações religiosas foram dois desses momentos.

A segunda-feira era o dia de feira livre no Catu. Muitos homens e mulheres livres e escravos saíam de suas habitações localizadas na zona rural para vender o excedente de sua produção no comércio local. O barracão da feira constitua-se uma espécie de ponto de encontros desses indivíduos. Ali, além de vender a sua produção, o cidadão daquele período poderia, de acordo com os recursos, também comprar outros produtos locais e itens vindos de outros lugares da região. Farinha de mandioca, fumo, frutos, carnes verde eram alguns dos produtos comercializados pelos catuenses. Nas feiras livres, os cativos poderiam vender os produtos cultivados em suas roças a fim de conseguir pecúlio para comprar a sua liberdade ou a de algum familiar.



Figura 3 – Feira livre no Catu. S/D.

Fonte: desconhecida.

A feira era também um lugar cheio de sons, imagens e representações. Os gritos dos vendedores ofertando seus produtos, das famílias que buscavam as últimas novidades vindas da cidade da Bahia [Salvador] e da Corte [Rio de Janeiro]. Assuntar o que estava acontecendo, as últimas notícias, era certamente umas das formas mais fáceis de se informar, uma vez que a quase totalidade da população não sabia ler, nem escrever.

Os indivíduos mais abastados, em geral, ordenavam que seus correspondentes – normalmente os mesmos que comercializavam o açúcar no porto – trouxessem artigos da capital, de outras províncias e até da Europa. Essa elite aplicava suas riquezas naquilo que lhes conferisse maior *status*. Boa parte deles tinha residências e propriedades em Salvador. Isso pode ajudar a entender porque não havia muitos sobrados e solares no arraial, salvo os daqueles que por lá trabalhavam, como é o caso do Barão de São Miguel, que ocupou vários cargos públicos em Catu.



Figura 4 – Uma das ruas na povoação na Vila do Catu, 1861.

Foto: Benjamin Mulock. *Collection Vignoles of Institution of Civil Engineers*, London, ICE Acc 1335.

Mesmo assim, não se pode desconsiderar que grande parte da população pobre que residia nas povoações de São Miguel, Catu e Pojuca tinha seu sustento garantido pelas atividades econômicas propiciadas pelas feiras que lá ocorriam. Com efeito, a importância desse pequeno espaço comercial ia além disso, pois, ao redor da feira, surgiram pequenos empreendimentos como armazéns, empórios e farmácias.

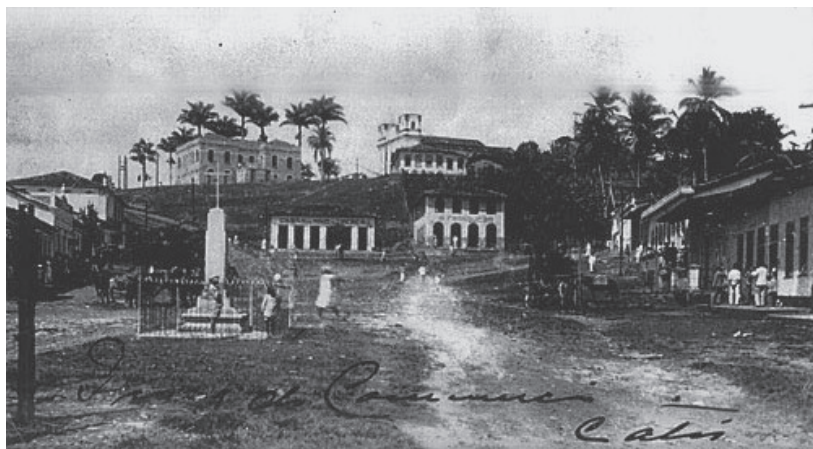


Figura 5 – Antiga Praça do Comércio [Atual Praça Lourenço Olivéiri]. Cartão Postal de Catu na Primeira República.

Autor: desconhecido.

Apenas na década de 1860, com a produção açucareira em ascensão, a região foi contemplada com a construção da estrada de ferro Bahia ao São Francisco e, com a emancipação política do município, essa situação tendeu a se transformar. Nesse momento, o arraial começou a se desenvolver mesmo que parcamente, sendo alvo de comerciantes vindos de fora. Por enquanto, basta tentarmos perceber os benefícios e os malefícios que vieram com essas mudanças no cotidiano do município. Em 1886, por exemplo, demonstran-

do a penetração dos saberes médicos na vila, a Inspeção Geral de Higiene autorizou a instalação de uma farmácia de propriedade do senhor José Jorge Perrucho no Arraial do Catu, conforme divulgação na *Gazeta da Bahia*.²¹

A intervenção do estado, ainda que tímida, começou a ser vista mais facilmente nesse período. A construção de um novo cemitério, na década de 1860, e a reforma da Igreja Matriz, na década de 1870, por exemplo, foram medidas tomadas pelo Estado no sentido de melhorar as condições de vida do povoado.²² Entretanto, é bom lembrar que a localidade catuense ainda consistia num amontoado de pequenas casas e alguns sobrados, que rodeavam a Igreja Matriz. As ruas não tinham pavimentação e nem havia sinais de serviços públicos mais efetivos e benéficos para a comunidade do pequeno núcleo urbano. O mesmo acontecia com os outros distritos.

A instituição da Casa do Conselho, da Câmara de Vereadores e da delegacia demonstra o aumento do poder de coerção do Estado na localidade. Contudo, com o crescimento da região aumentaram também os níveis de criminalidade. Embora a localidade gozasse de certa tranquilidade, não raramente, era surpreendida por uma ou outra história que envolvia algum tipo de transgressão.

²¹ BN. *Gazeta da Bahia*, 2 de outubro de 1886.

²² Falla que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia o presidente da província, conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, no dia 1º de março de 1863. Bahia, Typ. Poggetti – de Tourinho, Dias & C.a, 1863. p. 67. Disponível <http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>, acesso em 28/05/2012.

2.2. Violência e precariedade na segurança pública

Ainda nos primórdios do século XIX a população catuense se queixava da “liberdade” que os bandidos tinham para praticar toda a sorte de atrocidade nas redondezas. Em 1828, os moradores enviaram uma representação solicitando providências contra “[...] os malfeitores que aterrorizam a população com a prática de frequentes assaltos naquela localidade”.²³ Esse grito popular indica a ausência do poder público de polícia desde o início da história da cidade. No decorrer daquele século, as tendências de aumento da criminalidade parecem ter se confirmado.

Robério Souza Santos²⁴ menciona que, em 1861, na época da construção da estrada de ferro, um subdelegado catuense, em carta escrita ao chefe de polícia, exortava-o acerca da possibilidade do crescimento da criminalidade na região. Nessa correspondência, o subdelegado José Nicolau da Silva relatou a necessidade de um destacamento de praças no Arraial de Pojuca, medida que pretendia “[...] prevenir os crimes, prender criminosos e desertores, e manter a ordem entre as *centenas de pessoas de diversas nações*, que aqui estão aboletadas e empregadas nos serviços da via férrea”.²⁵

²³ *Representação* dos moradores da freguesia de Santana do Catu solicitando providências contra os malfeitores que aterrorizam a população com a prática de frequentes assaltos naquela localidade. Santana do Catu, 18 de abril de 1828. [Documentação disponível na Biblioteca Nacional].

²⁴ SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: *Escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco*. Bahia, 1858-1863. (Tese de Doutorado Em História). Unicamp, Campinas-SP, 2013. p. 41.

²⁵ Ofício de José Nicolau da Silva, subdelegado de Santana de Catu, para Presidente da Província, 22 de fevereiro de 1861. *Correspondência dos Subdelegados de Polícia*. Maço 3005. APEB. Grifos do autor.

Segundo Robério Santos²⁶, o não atendimento de seu pleito fez com que o subdelegado de polícia decidisse fazer gestões junto à “primeira autoridade da província”. Apelava para o bom senso do Presidente da Província, alertando-o de que, se aquela subdelegacia já enfrentava problemas para manter a ordem no extenso distrito sob sua jurisdição, se veria impossibilitado de exercer sua função devido à “fatura da via férrea”.²⁷

Para reforçar sua argumentação, lembrava ainda que “[...] alguns desajuzados já [iam] aparecendo nos diversos pontos do trabalho” de modo que, caso não existissem os esforços da vigilância da própria companhia férrea e das autoridades locais, conflitos maiores talvez fossem uma realidade na pequena povoação de Santana do Catu. Sua narrativa descrevia o terror provocado pela multidão da estrada de ferro e destacava ainda os acontecimentos tumultuosos dos distritos de Muritiba e Camaçari, povoações que também hospedavam as obras da ferrovia.²⁸

Nos anos seguintes a petição do subdelegado aumentou os casos de crimes contra segurança pública. Em julho daquele ano, o governo da província autorizou a criação de uma delegacia que deveria promover a segurança pública dos habitantes da região.²⁹

²⁶ SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: *Escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco*. Bahia, 1858-1863. (Tese de Doutorado Em História). Unicamp, Campinas-SP, 2013. p. 182-183.

²⁷ Correspondência de José Nicolao da Silva, subdelegado de Santana de Catu, para o Presidente da Província. 22 de fevereiro de 1861. *Correspondência dos Subdelegados de Polícia*. Maço 3005. APEB. Grifos do autor.

²⁸ Correspondência de José Nicolao da Silva, subdelegado de Santana de Catu, para o Presidente da Província. 22 de fevereiro de 1861. *Correspondência dos Subdelegados de Polícia*. Maço 3005. APEB. Grifos do autor.

²⁹ BN. *Correio da Bahia*, 14 de julho de 1877.

Mesmo assim, foram registradas várias ocorrências e pedidos da comunidade em relação a problemas com a segurança da população. Periódicos registram que alguns criminosos de outras regiões, às vezes, escondiam-se na vila. Registros de assassinatos, defloramentos e outras questões de polícia também podem ser verificados, conforme nos indicam os jornais da época:

No arraial de Pojuca, 2º distrito da Vila do Catu, Ângelo Dias foi vítima de um tiro, no dia 24 corrente, e ficou mortalmente ferido. Não houve corpo de delito, nem qualquer diligência para a punição desse delito. Pede-se, portanto ao Senhor Chefe de Polícia providências a esse respeito (*Gazeta da Bahia*, 28 de março de 1884).

Escândalo Inaudito

Pergunta-se ao Sr Cônego, diretor de estudos, se deve continuar a ser professor no arraial da Pojuca o Sr. Aristides Raymundo Nonato, autor de dois defloramentos naquele arraial, em virtude dos quais está sendo processado pelo juiz municipal do termo do Catu. [Assinado] *Moralidade Pública* (*O monitor*, 15 de novembro de 1881).

À Polícia

Entre os nomes citados como chefes da quadrilha de cavalos, escapou o nome do célebre Pedro Alves, conhecido por Pedro Cavalo – já uma vez comentado, é morador do lugar denominado – Onça – Freguesia de Santana do Catu; providências Sr Dr. Chefe de polícia, a população está sobressaltada, acabe com essa raça de malfeitores, que o seu nome será bendito. [Assi-

nado] O clamor público (*Gazeta da Bahia*, 27 de abril de 1883)

No decorrer do século XIX a violência e a criminalidade por vezes assolaram a população local. É possível afirmar que os maiores prejudicados com essa situação era a população, visto que a grande maioria dos barões e dos senhores de engenho tinha sua “[...] guarda pessoal” – os jagunços – que não raro, eram os próprios autores dos crimes.

A criminalidade em níveis locais envolvia muitas relações de poder, dependia muito se o criminoso ou a vítima era protegido desse ou daquele senhor de engenho. Por outro lado, algumas variantes também devem ser consideradas: a grande extensão do território do Catu, a falta de um contingente efetivo de policiais e ao fato de os delegados e subdelegados terem suas próprias ocupações nas lavouras que lhes pertenciam, certamente contribuía para que a população vivesse praticamente à própria sorte. Dois séculos depois, a situação parece não ter mudado muito. Mesmo assim, a comunidade continuava levando a sua “vida monótona” na medida do possível. Uma vida notadamente voltada para o cotidiano de uma comunidade predominantemente rural.

2.3. Cotidiano social e manifestações católicas no Arraial

A importância do catolicismo na cultura catuense do século XIX não se verifica apenas na assistência prestada pelo Estado. Fazia parte da vida das pessoas, de vários níveis sociais, a relação com o divino, com o religioso. As atividades religiosas também propiciavam alguns dos momentos de sociabilidades dos catuenses. Nas datas religiosas e nas missões, a população normalmente se reunia, às vezes, durante dias. Era o caso, por exemplo, das missões.

No capítulo VIII do seu segundo livro de memórias, Anna Ribeiro nos conta sobre uma dessas celebrações que ocorreu por volta de 1850. Ela narrou com entusiasmo o primeiro encontro de fiéis católicos que presenciou afirmando que “[...] nunca vira tanta aglomeração do povo” em Catu. Para acomodar os populares, ela informou que foram montadas nas proximidades da matriz de Santana um número grande de “[...] casinhas improvisadas ou ranchos de palha”, pois o arraial não dispunha de hospedagem para agregar a todos. Alguns inclusive chegavam a se abrigar debaixo das árvores.

Durante a missa, ouviam-se “[...] milhares de vozes formidáveis traduzindo a paixão que sentia a turba”. O púlpito foi armado perto da igreja de onde saía frei Caetano de Troina, religioso capuchinho responsável pela missão. Segundo Anna Ribeiro,

O que mais me impressionou neste passeio foi a visão dos penitentes. Assim chamavam aqueles que, depois do sermão, publicamente se disciplinavam, creio que para provar a sua contrição. Vi oito ou dez homens ajoelhados, nus da cintura para cima; usavam sobre as calças um saiote branco que descia até os joelhos. Empunhando uma disciplina de ferro o sangue salpicava o saiote. Tinham os olhos vendados com um lenço que lhes tomava quase o rosto todo, de modo a torná-los irreconhecíveis. Tal espetáculo horrorizou-me. Entretanto, ouvia as pessoas dizer: “ora são muito poucos os penitentes; na outra missão havia muito mais”. Entendiam que aquilo era prova de decréscimo do espírito religioso.³⁰

³⁰ BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Longos Serões do Campo: infância e juventude*. Organização e notas de Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 vols. p. 77-78.

Em meio à *Salve Rainhas*, a missão prosseguiu durante dias e os fiéis continuamente repetiam suas rezas, terços, benditos e, pela madrugada, o *Ofício a Nossa Senhora*. A missão que Anna Ribeiro disse ser Lazarista tinha na autoflagelação um de seus momentos de êxtase. Missões religiosas dessa natureza eram constantes no interior do Nordeste no século XIX. Basicamente foram as missões itinerantes as responsáveis pela tarefa da doutrinação, numa ótica de acentuado rigor penitencial e escatologia apavorante. Esses aspectos, provavelmente, concorreram na formação singular do viver cristão, igualmente autônomo e supletivo, dependente e conservador, seletivo e reinterpretativo.³¹

O catequismo missionário na Bahia – o mesmo que Anna Ribeiro conta que esteve em Catu – era promovido sobretudo pelos lazaristas franceses e capuchinhos italianos e estimulava o fervor popular, acentuando aspectos em torno da gravidade dos pecados mortais e a ameaça do castigo divino. Se, por um lado, os padres romanizados eram instruídos a combater as superstições dos fiéis; por outro, reafirmavam, pelos motivos já citados, entre outros, a “[...] salvação pela conversão, a existência do inferno e o Juízo Final”.³² O próprio missionário chegou a aplicar “disciplina” em si mesmo pedindo pelos pecados dos fiéis, o que fez, segundo conta Ribeiro, muitas mulheres esbofetarem a si mesmas em sinal de contrição.

Havia, portanto, certa harmonia entre os temas propostos pelos sacerdotes e as crenças populares, ambas extremamente penitenciais, moralizadoras e providenciais. A ideia era de que a Igreja

³¹ COSTA E SILVA, Candido da. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 15.

³² MATTOSO, Kátia M; de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 408-409.

pudesse ter certo controle sobre as manifestações e costumes populares.³³ Em meio a gritos, prantos e soluções “[...] parecia-se assistir a uma calamidade pública”, conclui a memorialista.

No cotidiano dos engenhos também ocorriam celebrações religiosas. Quase todas as famílias de posse tinham sua própria capela que, em geral, situava-se próximo às casas-grandes. As missas particulares também eram frequentadas por agregados e famílias convidadas. No clã dos Góes cada um tinha um “santo de celebração”. Essas festas eram comemoradas com muita música, danças e comida. Relatando uma dessas festas, no Engenho Remédios, Anna Ribeiro ponderou:

Tinha eu tão pouca idade, que não sei bem se as recordações que conservo foram todas desse primeiro jantar que me lembro de ter assistido, talvez algumas sejam de outros que participei, porque eram a repetição daquele com pequena diferença. A civilização parecia estacionária naquele abençoado cantinho onde se vivia uma vida quase patriarcal.³⁴

O “cantinho quase patriarcal” dá a ideia da perfeição que aquele mundo representava para a elite senhorial, resvalando entre o viver calmo dos longos serões e as celebrações temporãs. As festas contavam com a participação de cantores que entoavam músicas acompanhadas por violão e era também uma oportunidade para que os jovens arranjasse casamento, visto que esses eram dos poucos momentos que as moças apareciam em público.

³³ MONTEIRO, Filipe Pinto. Vida em Santidade: modos de ser santo em uma comunidade messiânico-milenarista do sertão baiano (Pau de Colher, 1934-1938). In: Revista *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 18, p.170-195, jul./set. 2010. p. 177.

³⁴ BITTENCOURT. *Longos Serões do Campo*. p. 46.

Eram momentos reservados para o encontro da elite, sendo apenas permitida a presença de agregados que mereciam certa estima dos proprietários.³⁵ Por vezes, ao final da festa, os escravos pediam aos senhores para festejarem também e, caso fosse permitido, dançavam sambas e lundus no terreiro do engenho. Essas “concessões” oferecidas pelo senhor compunham estratégias bem delimitadas e visavam ao estabelecimento de relações “harmoniosas” entre senhores e escravos. Mas esse é um assunto para os outros capítulos.

³⁵ BITTENCOURT. *Longos Serões do Campo*. p. 54.

UMA COMUNIDADE ESCRAVISTA



A residência senhorial estava cheia de pessoas, algo que era comum para “a vida monótona” e peculiar às casas-grandes de engenhos catuenses. Normalmente a vivenda abrigava apenas o casal, Mathias de Araújo Góes e Anna de Anunciação de Araújo Góes e sua filha, os senhores daquela propriedade. Em dado instante, começam a entrar negros de idades variadas e de ambos os gêneros. No espaço, encontravam-se também alguns parentes, entre eles Pedro Ribeiro e Manoel Paulino, um de quatorze e o outro de doze anos, esse último conhecido pela violência com que tratava seus escravos. O moço era tão duro com seus cativos que, muitos deles, iam até a dona Anna Anunciação pedir “que lhe livrasse daquele duro cativo” ou que, ao menos, por eles “intercedessem” nesses momentos de violência e dor.

Nos momentos de compra e venda de escravos, os negros entravam de um em um e ficavam de frente para os avaliadores. Cada herdeiro apresentava o seu avaliador e, para arbitrar a disputa, estava também presente o juiz de paz que decidiria o valor dos escravos cujos parentes não entrassem em concordância. Como o previsto, nem sempre combinavam mesmo no preço, o que fazia com que todos avaliassem os “defeitos” dos negros em questão. Se era uma rapariga bonita cochichavam entre si apreciações “[...] bem contrárias a moral”, que dava motivo à hilaridade de todos. Sobre esse momento a nossa informante afirma: “[...] lembro-me

das risadas ruidosas e das próprias escravas moças comentarem os qualificativos ridículos ou deprimentes dados às suas companheiras feias ou velhas”.³⁶

A história narrada acima está registrada no capítulo III do livro de memórias de Anna Ribeiro, intitulado *Longos serões do campo*, onde a autora relata as lembranças de sua infância e juventude vividas nos engenhos Coqueiro Novo e Api, situados na Vila de Santana do Catu, então Recôncavo baiano. Trata-se da partilha dos escravos do seu avô Pedro Ribeiro e de sua tia Maria da Anunciação, ambos falecidos nos fins de 1840. São lembranças da ex-senhora de engenho sobre os “horrores” da escravidão quando os negros eram tratados como “mercadoria”.

No momento em que ela escreveu tais informações em seu caderninho de lembranças, por volta de 1920, a escravidão já não existia legalmente. Havia mais de 30 anos da assinatura da Lei Áurea, mas as suas lembranças são de tempos em que “avaliar” economicamente uma pessoa tida como escrava – uma mercadoria de fato – não era algo tão absurdo, visto que era uma prática social amparada pela lei e pelo costume.

Foi esse mundo onde a escravidão era algo “normal”, mas também alvo de constantes e cotidianos conflitos e negociações que busquei tratar nesse capítulo. A nossa microsfera de análise continua sendo a então freguesia e posterior Vila de Santana do Catu – localidade cuja escravidão foi vivida de maneira intensa e com uma realidade que lhe foi própria em todo o Recôncavo: resistência senhorial em relação ao fim do escravismo até “as vésperas” da abolição.

³⁶ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 31.

3.1. Sobre engenhos, casas-grandes e senzalas

Em meados do século XIX, a paisagem da freguesia catuense era, em grande parte, de uma extensa lavoura de cana. Os verdes densos das folhas cobriam como um tapete os altos e baixos da região, em substituição temporária à Mata Atlântica típica das terras ao redor da Cidade da Bahia. Entre os canaviais, enxergavam-se algumas edificações: tratava-se de unidades de produção também denominadas engenhos.

O termo “engenho” nesse período designava inicialmente as instalações necessárias à produção açucareira: casa da moenda, casa da fornalha, tendal das forjas e casa de purgar. Com o tempo, estendeu-se ao conjunto da propriedade senhorial, abrangendo as plantações, a casa-grande, a capela e a senzala. O engenho que utilizava a tração animal era chamado “trapiche” e o movido a roda de água, “engenho real”.³⁷ Essas propriedades consistiam em grandes complexos arquitetônicos com edificações que cumpriam funções diferenciadas e correlatas. O número de edificações e os partidos (ou padrões) arquitetônicos variavam de acordo com a capacidade de produção e a importância de cada um. Alguns complexos assumiam o caráter de povoações semiautônomas, enquanto outros se restringiam ao indispensável para a produção do açúcar.³⁸

³⁷ AZEVEDO, *Engenhos do Recôncavo Baiano*. p. 9.

³⁸ AZEVEDO, *Engenhos do Recôncavo Baiano*. p. 10.



Figura 6 – Engenho Água Boa em Terra Nova. Município vizinho a Catu. ⁴⁰

As casas-grandes abrigavam as famílias senhoriais, filhos, tias, irmãos e sobrinhos que poderiam ser vistos quase todas as noites ao redor do senhor de engenho que representava o topo daquela pirâmide tão rigidamente hierarquizada.

Foi assim, por exemplo, na casa grande da família Garcês, sede do engenho Mucambo, próximo ao distrito de São Miguel. Tratava-se de uma vivenda construída para o conforto de todos os seus moradores. A varanda anterior tinha utilização social, enquanto a posterior era de utilização íntima. Cozinha e banheiro constituíam um pavilhão à parte, localizado ao lado de residência, como a Casa do Pedreira, em Itaparica. A casa se elevava do terreno sobre um

porão alto, que pode ter sido utilizado, por exemplo, como senzala para os escravos que trabalhavam dentro da casa. Construções deste tipo, do início do século XIX, são encontradas com maior frequência no Estado do Rio, em Niterói e na Penha, e foram estudadas por Joaquim Cardoso.³⁹



Figuras 7 e 8 – Casa grande do Engenho Mucambo, construída em 1837 pela família Garcês.

Fonte: IPAC.

Fora da casa-grande e dentro do extenso latifúndio que constituía o engenho, viviam lavradores, agregados e escravos. Os primeiros eram assim diferenciados por senhoras de engenho, com as da alçada de Anna Ribeiro da época:

[...] o lavrador era o que, possuindo escravos e carros, tinha meios de plantar e dava lucro ao senhor de engenho, que lhes outorgava certas garantias; o agregado era gente pobre que trabalhava com seu braço, para si e para a família, e não pagava renda. O proprietário

³⁹ IPAC-BA: *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Vol. II. Monumentos e sítios do Recôncavo. 2. ed. Salvador: 1982.

tinha direito de exigir algum serviço, o que raras vezes sucedia, pois todo o trabalho era feito pelo escravo. Alguns desses agregados, que se distinguiam por seu caráter ou serviços prestados, eram convidados [para as festas dos proprietários] e tratados com atenção.⁴⁰

Em outras palavras, na ótica senhorial da época, a diferença entre lavrador e agregado consistia basicamente nas relações comerciais desempenhadas entre senhores e lavradores, que não acontecia, na teoria, entre senhores e agregados. No caso dos agregados, estabelecia-se uma relação de dependência paternalista em que estes estariam contidos no universo das vontades senhoriais. Entretanto, vale lembrar que essa era a visão senhorial que poderia não ser a mesma forma de interpretar a relação na perspectiva dos agregados, pois estes poderiam, por vezes, aproveitar-se de tal discurso para conseguir concessões senhoriais⁴¹

Os escravos, por seu turno, eram os trabalhadores que estavam na base daquela sociedade. Com efeito, “[...] todo o trabalho era feito pelo o escravo” dizia Anna Ribeiro. Normalmente labutavam nas atividades pesadas de limpeza, plantio e colheita nos canaviais. Os que gozavam “de mais confiança” de seus senhores poderiam chegar a posições mais “privilegiadas”.

A unidade produtiva do açúcar contava com um conjunto de atividades que iam desde o cultivo, manejo e colheita da cana ao manufaturamento da produção nas casas de purgar, sua preparação para o transporte e escoamento para os portos de Salvador, que era

⁴⁰ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 59 e 60.

⁴¹ A este respeito, vale consulta a discussão em estudo sobre as relações paternalistas entre senhores e dependentes no recôncavo baiano, na obra da própria Anna Ribeiro.

realizado, na maioria das vezes, por atravessadores.⁴² A produção era conduzida a princípio de carroças e, após a inauguração da estrada de ferro, de trem. Para completar o ciclo, os senhores de engenho recebiam os lucros e aplicavam onde achavam necessário e também para ostentar suas riquezas conforme nos indica Anna Ribeiro em outro de seus escritos:

Quando a safra era boa não tinha pena de gastar dinheiro e gastava até dar festas em que reunia os parentes; quando a safra era menor restringia as despesas sem que por isso faltasse em casa a abundância, pois os lavradores daquela época tinham todos os gêneros agrícolas em suas propriedades comprando somente o que não se cultivava no país.⁴³

Esse trecho nos revela algumas questões bem interessantes sobre o processo produtivo da cana não só no Catu, como em todo o Recôncavo: 1— as safras boas eram motivos de gastos em festejos e não necessariamente no reinvestimento na produção. As dificuldades em pensar a modernização da produção e a substituição da mão-de-obra escrava foram dois dos motivos do fim da civilização do açúcar em Catu e no Recôncavo; 2 – Dentro do universo da produção do açúcar cabia ainda o cultivo de gêneros de subsistência o que, de fato, agregaria um maior valor ao lucro da produção. Tanto escravos quanto senhores alimentavam-se basicamente do que era

⁴² Ver BARICKMAN, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴³ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes [*Coletânea*]. Conteúdo: contos: [A primeira injustiça; Os sonhos de Josephina; Biografia de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt; Notas biográficas de Mathias Araújo Góes; sonetos: Amor eterno oferecido ao Dr. Antonio Pacífico Pereira]. 50 fls. (material manuscrito, transcrito por Clemente Mariani Bittencourt). Salvador, S/D.

produzido na lavoura da propriedade senhorial. Assim, caberia ao escravo enquanto “fonte dessa riqueza” trabalhar para o sustento dessa pirâmide social, cuja finalidade principal era conferir ostentação à classe dominante.

O trabalho escravo no Recôncavo era tão importante na concepção dos senhores da época que, ao contrário de Pernambuco, por exemplo, os proprietários de engenho resistiram ao processo emancipacionista e mantiveram seus planteis até as vésperas da abolição.⁴⁴ Dentre outras razões, por falta de alternativa ao trabalho cativo, já que os libertos resistiam demasiadamente ao trabalho duro da lavoura.⁴⁵

Interessante notar que, mesmo sob os grilhões do escravismo, muitos escravos conseguiram reunir pecúlio, na maioria das vezes trabalhando em roças nos horários dedicados ao descanso.⁴⁶ Assim, ainda que em níveis diferentes, o escravo também produzia sua própria economia que, de uma ou de outra maneira, também integrava o universo econômico e produtivo do engenho. Consistia, no mínimo, na possibilidade de ampliação da dieta consumida pelos mesmos e até em alternativas para conseguir recursos para aquisição de sua liberdade, por meio da venda do excedente da produção.⁴⁷

⁴⁴ Ver MATTOSO, Kátia Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*: São Paulo: Hucitec, 1978; e BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n° 21-22. 1998-1999. p. 177-238.

⁴⁵ BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n° 21-22. 1998-1999. pp. 177-238.

⁴⁶ Um dos estudos recentes mais profícuos sobre isso pode ser lido em FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

⁴⁷ No Rio de Janeiro existia esse costume, mas certamente na Bahia, conforme

Em *Os Longos serões do campo*, o discurso de Ana Ribeiro revela a existência desse anseio dos cativos pelo menos por duas vezes. Na primeira, a autora faz referência a um episódio no qual ela e a mãe foram buscar frutos no sítio Mucunga, dentro das posses do Engenho Api, próximo ao distrito de São Miguel. Nesse local também se situavam algumas senzalas simples, feitas de palha e taipa, que pareciam ser uma das muitas moradas escravas situadas no engenho Api. No Mucunga, os escravos cultivavam leguminosas, plantavam frutas e criavam alguns animais de pequeno porte. A “concessão” de sítios ou roças para que os escravos pudessem cultivar em seus dias de folga era costume em outros engenhos do Recôncavo.⁴⁸

Essa produção pode ter sido comercializada nas feiras do Catu, de Pojuca ou mesmo de São Miguel por serem mais próximas do Api. Assim se poderia conseguir meios para a compra de alforrias, algo que não era incomum nos engenhos do Recôncavo. A concessão senhorial para que escravos constituíssem roças era uma das prerrogativas da teoria da administração⁴⁹ dos escravos pregadas pelo baiano Miguel Calmon Du Pin em seu livro *Ensaio do fabrico do açúcar*. Segundo Calmon, o fato de escravos terem uma roça para produzir

registros que elenco na nota 16, não fora diferente. Um rápido estudo interessante sobre esse tema pode ser lido em REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Capítulo II.

⁴⁸ Em documento da época pode-se inferir que a prática era vista pelos senhores como uma tentativa de humanizar o negro em seu cativeiro. (O Lavrador. *Reflexões sobre a emancipação em relação a Lavoura Pátria e sobre a mesma lavoura*. Tipografia Constitucional Ao Aljube, 1871. p. III e IV).

⁴⁹ Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas; 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Capítulo IV.

[...] é um poderoso meio de distraí-lo das ideias inseparáveis da sua triste condição, inspirando-lhe o desejo pelo trabalho e até convidá-lo a viver em família. A prática de movê-lo a que plante roça, mormente de viveres, de permiti-lhes que tenha alguma criação, ou exercite alguma indústria; é sem dúvida conducente para a sua possível felicidade, enquanto pode modificar as propensões desregradas, que a escravidão gera, e alimenta, e melhora seus costumes.⁵⁰

Entretanto, iniciativas como as “concessões” dada pelos senhores para que escravos plantassem em roças como a do Mucunga é interpretada pelos historiadores contemporâneos como parte das negociações e formas de resistência à condição escrava frente aos senhores e ao próprio escravismo. Mas, de fato, podemos suspeitar que Mathias de Araújo Góes e outros senhores da região de Catu estavam atentos à forma de bem administrar seus escravos enunciados não só por Miguel Calmon, na Bahia, mas também pelo Barão de Pati de Alferes no Rio de Janeiro.⁵¹

Mesmo sendo classe dominante, os proprietários de escravos tinham que estabelecer certos benefícios para os cativos, normalmente, e incorporados às práticas sociais através do costume. Os senhores tinham temor que as revoltas, fugas e rebeldias escravas pudessem se generalizar, pois a formação de quilombos e outras manifestações foram constantes nos arredores do Catu.

Como forma de tentar estabilizar as relações escravistas, os senhores eram obrigados a “conceder” determinados direitos aos

⁵⁰ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. (1ª edição, 1834 fac-similar) Org. Waldir Freitas Oliveira. Salvador: FIEB, 2002. p. 60. Os grifos são do autor.

⁵¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito...* Capítulo II.

seus cativos. Parte da produção que os escravos conseguiam nas roças era comercializada, em geral, com seus próprios senhores.⁵² Mas é possível que eles conseguissem o escoamento dessa produção também para as feiras locais, embora, no caso do Catu, sejam necessários estudos mais densos que comprovem tal afirmativa.

A lei, em muitos casos, vinha apenas confirmar algo que já existia. O direito conferido aos escravos para adquirem pecúlio para compra de suas liberdades, por exemplo, já era uma prática costumeira da sociedade brasileira mesmo antes da sua legalização decretada na Lei de 28 de Setembro de 1871, conhecida posteriormente como Lei do Ventre Livre.⁵³

Sendo a base de uma sociedade que sobrevivia sobre a sua mão-de-obra, os escravos de Catu e adjacências não eram tão passivos como relataram alguns representantes da classe senhorial. Entretanto, por vezes, viver no cativeiro, de acordo com negociações e “concessões” dos senhores, tornava-se uma vida possível, mesmo que injusta e difícil. Na micropolítica que, se verificada entre senhores e escravos, a vantagem estava nas mãos dos senhores, mas nem por isso os dominados deixavam de negociar e constituir direitos.

⁵² Esse costume também registrado pelos senhores da Corte. Para o caso do Rio de Janeiro ver BARÃO DE PATI DO ALFERES, *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer plantações, suas colheitas, etc. etc.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1847. E da Bahia ver O Lavrador. *Reflexões sobre a emancipação em relação a Lavoura Pátria e sobre a mesma lavoura.* Tipografia Constitucional Ao Aljube, 1871. p. III e IV

⁵³ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador.* São Paulo: Cia das Letras, 2006. Capítulo IV.

3.2. Senhores e escravos nos *Longos serões do campo*

A história da partilha dos escravos que contei no início desse capítulo está escrita nos registros dos caderninhos de lembranças de Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt, quando, na década de 1920, resolveu deixar para a posteridade alguns registros da tradicional e “bem conceituada” família Araújo Góes, do Catu. Não me cabendo aqui discutir a ilibação familiar da autora, basta dizer que essas lembranças, publicadas em 1992, sob o título de *Os longos serões do campo*, será a nossa fonte principal de discussão nas linhas que se seguem e tratará das relações “harmoniosas” entre senhores e escravos no dia-a-dia do engenho Api e noutras propriedades por ela citadas, a fim de tentar discutir como na ótica senhorial – Anna Ribeiro, quando adulta, foi senhora do Engenho Api ao lado de seu marido o Dr. Sócrates Bittencourt (1843-1908) que foi, vale lembrar, o primeiro prefeito de Catu – essas relações foram vistas.

Importante notar que as histórias relembradas por Anna Ribeiro poderiam ter ocorrido em várias outras vivendas de Catu e de Recôncavo da mesma maneira que a forma e o entendimento com que ela tece seus comentários, como veremos, caracterizam a visão senhorial do escravismo no Brasil, em particular no Recôncavo baiano.

Anna Ribeiro, ao relatar as suas primeiras lembranças da forma com que eram tratados os “infelizes” cativos na propriedade de seu pai Mathias de Araújo Góes, acaba fazendo uma reflexão de como eram representados os escravos naquela época. A narrativa da partilha de escravos ocorrida no engenho Coqueiro Novo serviu de pretexto para que Anna Ribeiro comentasse a forma como os senhores deveriam ou não tratar seus cativos, de acordo com as discussões presentes na época.

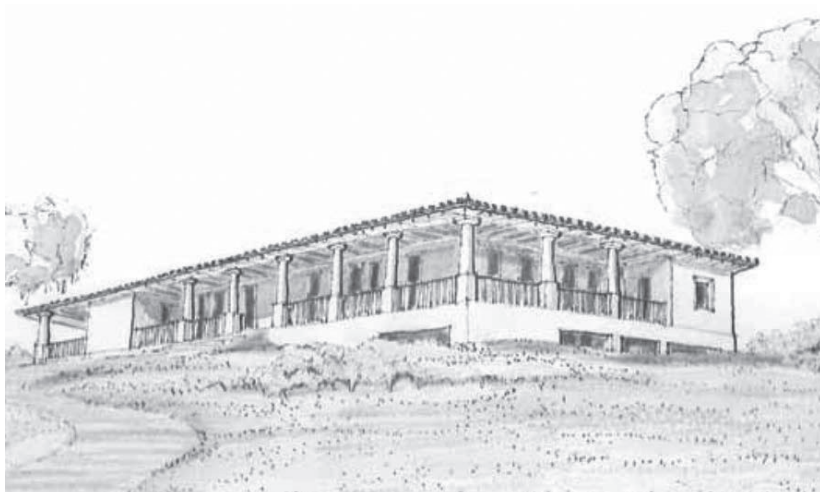


Figura 9 – Casa-Grande do Engenho Api, Freguesia do Catu.⁵⁶

Segundo ela, em sua casa, os negros eram tratados com “humanidade”, ao contrário do que se verificava em outros engenhos catuenses. Como veremos no próximo capítulo, havia muitos senhores que tratavam seus escravos de modo degradante e isso provocou numerosos conflitos nas propriedades do Catu. Por agora, nos interessa discutir o caso específico da criação dos escravos na casa de Mathias e Ana Anunciação de Araújo Góes.

Através do episódio da partilha dos escravos, Anna Ribeiro demonstrou como sua família tratava os cativos oferecendo um “melhor cativeiro”. Segundo sua mãe, dever-se-ia educar a escravaria tratando-os sempre bem e “ensinando-lhes” que não deixassem de rezar e cumprir suas obrigações, pois “[...] não haveria senhor mau para escravo bom!”.⁵⁴ Ensinar religião era uma coisa que dona

⁵⁴ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 31.

Anna Anunciação procurava proporcionar aos escravos da sua casa. Segundo Anna Ribeiro, ela contava várias histórias bíblicas para as escravas enquanto estas faziam os serviços domésticos e de costura.

Anna Ribeiro dizia que sempre ouvia sua mãe dizer em relação aos escravos “[...] tratem-nos como homens, e eles procederão como homens; tratem-nos como cães, e eles vos tratarão como cães”, frase então muito conhecida do célebre romance norte-americano *A cabana do Pai Tomás*.⁵⁵ Afirma também, seguindo os preceitos do manual educativo do Dr. Lino Coutinho *A educação para Cora*,⁵⁶ que não havia nada mais feio do que uma senhora que deveria ser símbolo de piedade e clemência, se armar de um instrumento despedaçador da carne humana a corrigir impiedosamente um escravo indefeso. Algumas senhoras da região agiam como carrascos e sua mãe queria lhe ensinar como uma mulher virtuosa deveria agir com sua escravaria.⁵⁷

⁵⁵ A cabana do Pai Tomás (1852) foi um dos romances mais lidos e comentados durante mais de um século, não só no seu país de origem (EUA), como em vários países do continente americano, inclusive no Brasil. A narrativa retrata e denuncia a escravidão, sob o viés da elite, mostrando Pai Tomás, um velho e bondoso escravo que é obrigado a deixar a cabana e a família, cedido a um mercador de escravos como pagamento de dívidas do seu senhor, o Sr. Shelby, e revendido duas vezes. Mrs. Stowe narra as desventuras, os maus-tratos bem como a fé em Deus do Pai Tomás, ante um mundo escravista. O diferencial do enredo se centra na execração do abolicionismo pelos protagonistas da história e estabelece um contraponto com a subserviência do Pai Tomás ante a bondade de dois dos seus amos: Sr. Shelby e Saint Claire. (OLIVEIRA, *Uma senhora de engenho no mundo das letras*, p. 62).

⁵⁶ O livro referido foi publicado em 1849, por José Lino Coutinho, Barão de Alagoinhas para orientar a preceptora de sua filha sobre como cuidar dela. O livro acabou se tornando um tratado de conduta para moças das elites baianas do século XIX. A esse respeito, ver REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

⁵⁷ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 32, 65, 67.

Entretanto, não se pode esquecer que, segundo Anna Ribeiro, sua mãe, Anna da Anunciação, era uma mulher muito diplomática e versava pelo “bom” andamento da “ordem” dentro das posses de seu marido. Assim, a senhora cumpria sua função “evangelizadora”, mas também tentava utilizar a religião como instrumento ideológico de controle da escravaria.

A visão que se tinha do escravo era de que ele deveria aprender os costumes e a cultura senhorial por parecer mais “humanizada” e permanecer sobre o controle dos seus senhores. Assim, dona Anna da Anunciação ensinava histórias bíblicas todas as vezes que reunia suas escravas para costurar ou fazer qualquer outro serviço doméstico. Assim como dona Anna, senhores brasileiros tinham também concepção de que “a religião era uma freio”, como diria o Barão carioca de Pati do Alferes, pois promoveria “ideias e sentimentos”.⁵⁸

Certa feita, Anna Ribeiro ouviu o seguinte comentário de uma jovem senhora de família sobre uma escrava mulata: “– Geralda, você só por engano da natureza saiu mulata e escrava; não conheço senhora branca de sentimentos mais elevados que os seus”.⁵⁹ Outra escrava por nome Marciana era “conhecida por ser exemplo de honra, virtude e bondade em subido grau”.⁶⁰ Não fosse o “defeito de cor” das escravas, elas até poderiam talvez passar por brancas, devido à maneira “exemplar como se comportavam”.

De fato, não se pode negar que tais mecanismos de controle tivessem êxitos. Não fosse assim, não faria sentido que os senhores os utilizarem. Entretanto, podemos pensar também noutro meca-

⁵⁸ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito*. p. 28.

⁵⁹ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 33.

⁶⁰ BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, Vol. II, p. 33.

nismo de controle: as cartas de alforria gratuita, cuja ideia central era libertar os escravos que fossem exemplo perante os outros.

Dessa maneira, não é exagero pensar que, enquanto alguns escravos e escravas agissem mesmo “como exemplos”, convencidos de que estavam fazendo o melhor para si e para seus senhores, outros poderiam dissimular e utilizar da mesma diplomacia que dona Anna Anunciação para conseguir sua liberdade. Anna Ribeiro menciona que uma escrava, “há muito alforriada”, sempre pedia para que ela contasse as histórias que sua mãe contava, quando esta já havia falecido. Pode-se inferir que essa negra também tenha ganhado sua liberdade “por ser exemplo de virtude”.

Porém, a relação de afetividade entre a família de Anna Ribeiro não impediu, por exemplo, que ela hipotecasse, no ano de 1879,⁶¹ cerca de dez escravos em vista de alguns problemas econômicos. Não evitou também que a maior parte da escravaria do Api abandonasse a lavoura e fosse embora um dia depois da abolição da escravatura.⁶²

O que queremos afirmar aqui é que, sendo a escravidão uma instituição baseada na exploração e comercialização do homem pelo homem, as relações cotidianas giravam em torno, na maioria das vezes, da tentativa de executar instrumentos de dominação pelos senhores com seus cativos. Os explorados, por outro lado, buscavam quase sempre formas de minar o domínio senhorial conseguindo concessões que permitissem melhores condições de vida e, quando possível, a liberdade. Um “bom cativo”, “bons senhores” e “bons escravos” são alcunhas que envolvem valores ideológicos que devem ser lidos nesse contexto.

⁶¹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Livro 586, p. 20.

⁶² CABRAL, Anna Maria Mariani. Cf. Prefácio, in: BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Contos*. Datil. Salvador, s/d, p. 36.

Em Catu, como no Brasil, a escravidão foi uma instituição que instituía uma violenta e complexa relação entre dominados e dominantes que, no cotidiano, era vivida através de uma micro-política movida pelos interesses de ambas as partes. Esses interesses poderiam estar entrelaçados a sentimentos e circunstâncias várias, mas, em sua essência, estavam sempre em foco negociações e conflitos que colocavam em xeque as relações de exploração propiciada pela escravidão. Esse é o tema central dos próximos capítulos.

HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E DE LIBERDADE



No início da década de 1880, a abolição da escravatura no Brasil já era esperada por boa parte dos brasileiros. Desde a Lei de 28 de setembro de 1871, que ficou conhecida *a posteriori* como Lei do Ventre Livre, o fim da escravidão tornou-se apenas uma questão de forma e oportunidade.⁶³ Entretanto, as tendências emancipacionistas que previam uma libertação lenta e gradual que, com o tempo, passou também a ser defendida pelas elites escravocratas tornaram-se alvo de críticas e ações sucessivas de alguns setores da sociedade. Esse fenômeno ficou conhecido como abolicionismo. No mesmo momento, atos de rebeldia escrava e estratégias cada vez mais intensas de negociação confluíram para a uma corrosão mais acelerada do sistema escravista.

No Recôncavo baiano, esse processo aconteceu de forma bastante peculiar, uma vez que não eram poucos os senhores que resistiam à ideia de perderem seus escravos sem nenhum tipo de contrapartida. Em sua maioria estes também não se mobilizaram na substituição da mão-de-obra em suas lavouras. Assim, resistência senhorial, propaganda abolicionista, rebeldia e artimanhas escravas eram elementos de um contexto que se mostrava bastante delicado.⁶⁴

⁶³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cida-*

Em Catu, a situação não foi diferente. Senhores e escravos procuravam “suas melhoras”. Enquanto os primeiros tentavam tirar um tanto maior de proveito dos seus cativos, os segundos intensificavam a sua busca pelo que entendiam como liberdade. As relações entre senhor e escravo permeavam os solos da convivência paternalista e dos violentos conflitos e é, no rastro desses sujeitos, que discutimos o presente capítulo cujo objetivo, como o leitor já pôde perceber, é analisar as tumultuadas relações entre senhores e escravos catuenses nas últimas décadas da escravidão em Catu.

4.1 A escravidão em Catu a partir de meados do século XIX

Como vimos nos capítulos anteriores, o território catuense teve um desenvolvimento mais intenso nas últimas décadas do Império, período que coincide com o lento processo de decadência do escravismo brasileiro. As terras do Norte do Recôncavo passaram a ser as preferidas das elites senhoriais em virtude da sua fertilidade, do regime de chuvas e da facilidade do escoamento da produção, sobretudo depois da construção da linha férrea.

As famílias de senhores que ocuparam a região, contudo, já eram tradicionais na lida com a cana, com os escravos e com as terras, pois eram quase todas oriundas do termo de São Francisco do Conde, município dos mais tradicionais das Américas quando o assunto era exportação de açúcar e escravismo.

nia negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). In: *Afro-Ásia*, 1998-99; MATA, Iacy. *Os treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. (Dissertação de mestrado em História). Salvador: UFBA, 2002.

Assim, podemos evidenciar que, entre 1860 e 1880, houve uma forte resistência dos proprietários em libertar seus escravos, mesmo ante a euforia que pouco a pouco tomava o país. Tratava-se de uma questão difícil, pois os senhores do Recôncavo tiveram dificuldades em entender o mundo fora das relações senhor/escravo. Muitos diziam que a lida nas lavouras era coisa de negros e que, nem imigrantes e nem mesmo negros libertos aceitariam trabalhar diariamente em tão difícil labuta.⁶⁵

Se tentarmos ler o mundo a partir da ótica senhorial, então perceberemos que, para os proprietários de escravos do Recôncavo, ver o mundo além das relações senhor/escravo era algo praticamente impossível. Essa forma de ver o mundo contribuía para aumentar ainda mais as tensões com os escravos, uma vez que estes obviamente não enxergavam as coisas da mesma maneira. Para o senhor de engenho do Recôncavo, a lavoura de cana era, e só podia ser, coisa de escravo.

A vida do escravo nos engenhos de açúcar era bastante difícil. No século XIX, a maioria dos engenhos baianos possuía entre 60 e 80 escravos, mas havia propriedades operando com mais de 200 cativos. A maioria dos escravos dos engenhos de açúcar do Nordeste passava a maior parte do tempo nos canaviais. Era um trabalho árduo e contínuo, que começava logo ao amanhecer e terminava no fim da tarde. Normalmente, os cativos levantavam-se por volta das cinco horas da manhã e, ao toque do sino do feitor, se reuniam no terreiro para receberem as ordens do dia. Às nove horas, os cativos paravam para uma pequena refeição e três ou quatro horas depois

⁶⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; e FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 70.

almoçavam ali mesmo no campo. Depois disso, continuavam trabalhando até o anoitecer.⁶⁶



Figura 10 – Escravos no canavial.

In: História do Negro no Brasil, p. 71.

O trabalho na lavoura era extremamente penoso para as mulheres, especialmente se estivessem em período de gestação ou amamentando. As altas taxas de aborto e mortalidade infantil nos engenhos estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente nas épocas de colheita, quando se intensificavam as atividades. Mas os trabalhos na lavoura e no engenho não representavam a tota-

⁶⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 70.

lidade do que era exigido dos cativos. Os escravos eram também obrigados a construir e reparar cercas, cavar fossos, consertar estradas e pontes, prover a casa-grande de lenha, reparar os barcos e os carros de boi, pastorear o gado, cuidar do pomar e das criações dos senhores. Além disso, tinham que providenciar parte do seu próprio alimento caçando, pescando ou cuidando da própria roça.⁶⁷

Segundo a ideologia dos senhores o árduo trabalho dos canaviais só era possível mediante a mão-de-obra escrava, o que, na prática, equivalia dizer que o mundo do açúcar secularmente fundado no Recôncavo baiano findaria, se a escravidão se extinguisse. Desta forma, já podemos perceber que as visões senhoriais certamente eram bem diferentes de como os indivíduos escravizados viam aquele mundo onde eles eram explorados, com anuência da Lei e do Estado. Certamente a visão escrava não era a mesma dos seus senhores. Contudo, a realidade era que, em Catu, nos anos finais da escravidão, muitas propriedades detinham consideráveis plantéis de escravos.

De acordo com as informações constantes na *Planta Cartográfica da Freguesia de Santana do Catu*, produzida pelo engenheiro Nemesio de Menezes e datada de 1888, coincidentemente o ano da abolição da escravatura, cerca de 55 a 60% dos engenhos catuenses foram descritos como “engenhos de fabricar açúcar”, em estado de produtividade. Dos 40% restantes e que estavam de fogo morto, cerca de 10 a 15% estavam em processo de partilha ou eram “de muitos possuidores”, o que certamente dificultava a produção. Por fim, de 25 a 30% se encontravam de fogo morto (ou seja, sem pro-

⁶⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; e FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 74.

duzir). A planta não traz, porém, as informações sobre as propriedades que forneciam cana para os engenhos, mas que não possuíam engenho.⁶⁸ Com efeito, a Câmara Municipal de Santana do Catu, em correspondência enviada para a capital da província, em 1887, informava que “[...] a indústria fabril consiste em diversos engenhos de açúcar, sendo a principal fábrica o Engenho Central de Pojuca, além de produzir [em menor escala] aguardente, fumo, farinha de mandioca, tijolos, telhas, etc.”.⁶⁹

Nota-se ainda que a maioria dos engenhos que ainda produziam açúcar em 1888 pertencia às famílias mais poderosas e se encontravam nas atuais regiões do distrito de São Miguel e do atual município de Pojuca. É bastante factível a ideia de que a maior concentração dos escravos que viveram nesse período estivesse mesmo nos engenhos de grandes famílias como os Araújo Góes, os Garcês, os Freire de Carvalho e os Líger, por exemplo. Em muitos desses engenhos a ordem era mesmo reprimir todo e qualquer ato que viesse das senzalas ou dos clubes abolicionistas.

Conforme os vereadores da Câmara Municipal em carta enviada ao governo provincial baiano em 1887, a cidade contava com cerca de 1.300 escravos em pleno ano da abolição, sendo que a população livre era de aproximadamente 20.000 almas.⁷⁰ A mesma população escrava, só que com mais detalhes, é informada pelo jornal *O Alagoinhense* nesse mesmo ano:

⁶⁸ BN. PLANTA Topográfica da freguezia e município de Santa Anna do Catú da Comarca de Alagoinhas (Província da Bahia).

⁶⁹ BN. CAMARA DE SANTANA DE CATU, *Ofício ao presidente da província da Bahia enviado descrição de seu município*. 4 de novembro de 1887.

⁷⁰ BN. CAMARA DE SANTANA DE CATU, *Ofício ao presidente da província da Bahia enviado descrição de seu município*. 4 de novembro de 1887.

NOVA MATRICULA

Foram rematriculados no município de Alagoinhas, 1.945 escravizados e arrolados 18 sexagenários. No município da Catu 1.300 escravizados, e 32 sexagenários.

No município do Inhambupe 1322 escravizados, e arrolados 10 sexagenários.

No município de Santo Amaro 5.822 escravizados e arrolados 17 sexagenários.

No da capital, 3.172 escravizados e arrolados 87 sexagenários.⁷¹

Em 1816, por exemplo, Catu [ainda na condição de Freguesia] detinha cerca de 1.420 escravos, ou seja, sua população era maior em 1816,⁷² do que era em 1887. Isso se justifica pelo fato de que no início do século XIX, como já foi dito, Catu vivia a franca expansão da atividade açucareira. Mesmo em tempos de declínio os senhores catuenses conseguiram manter um considerável plantel mesmo no período do fim do escravismo brasileiro.

Essa situação pode ser explicada em parte pela resistência histórica dos senhores do Recôncavo em aceitar que o fim da escravidão estivesse próximo e pelo fato de que, nas regiões produtoras de açúcar, a resistência à nefanda instituição se deu até às vésperas. Enquanto em outras regiões do país, como Ceará e Maranhão, a escravidão legalmente não mais existia e nas grandes cidades a pressão

⁷¹ APEB. O Alagoinhense, “Nova Matrícula”, 17 de fevereiro de 1887.

⁷² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 357.

da opinião pública se fazia mais presente. No tradicional Recôncavo baiano, existiu resistência senhorial ante ao fim do escravismo. Existiu também resistência escrava para que este permanecesse. É nesse contexto de resistências, conflitos e negociações que também se inscreve a história da escravidão em Catu.

4.2 Abolicionismo e antiabolicionismo catuense

O jornal *Gazeta da Bahia*, de 18 de março de 1883, trazia o “protesto” de um senhor catuense em um de seus classificados:

Protesto

O capitão Antonio Joaquim Siger, proprietario do engenho Pindobal, no terreno de Sant'Anna do Catú, protesta haver dias de serviço e proceder criminosamente contra quem tiver accitado seu escravo Martinho, crioulo, com cinquenta annos mais ou menos, com uma cicatriz no rosto, falta de dentes, feições grossas, o qual ausentou-se a mais de 6 mezes e consta ter seguido para a capital em companhia de escravos do sr. José Lopes da Conceição; e bem assim recompensará generosamente a quem lhe der noticia certa do lugar em que se acha o referido escravo ou ao seu correspondente na capital, o negociante Antonio Neves da Rocha.

Sant'Anna do Catú 10 de Março de 1883.

Figura 11 – Protesto: Senhor catuense procura escravo
Gazeta da Tarde, 18/3/1883).⁷⁶

No texto, o Capitão Líger⁷³ “protestava”, expressava o seu descontentamento com a provável fuga do negro, por nome Martinho, de sua propriedade. Curiosamente, o nome do negro contra quem ele “protesta” é o mesmo do personagem principal da Reforma Protestante, o frade Martinho Lutero. Mesmo parecendo uma bela história de literatura, cumpre-me dizer ao leitor que, tanto o capitão quanto seu escravo viveram mesmo na Catu do século XIX e que esta história nos revela alguns detalhes comuns que ocorreram naquela comunidade escravista nas últimas décadas da escravidão.

Alguns pequenos detalhes nos evidenciam as tensões vividas por essas pessoas naquele momento: o capitão Líger pressupõe que alguém podia ter “acoitado” sua propriedade, o que indica a possibilidade de que os negros fugidos da região de Catu estivessem recebendo “ajuda”, caso decidissem fugir. Esse auxílio, ao que parece, foi obra de gente que ele não quis se referir diretamente e também de gente que ele menciona: Martinho também teria sido ajudado pelos escravos de outro senhor, o que demonstra que as redes de solidariedade entre negros cativos, fugidos e/ou libertos pode ter sido uma prática também nos termos catuenses.

A “legião da liberdade” que lutava pela emancipação dos negros no Recôncavo certamente contou a cada dia com mais adeptos, mas podemos destacar os abolicionistas e os próprios negros como agentes mais ativos desse processo. Jailton Brito, no livro *A abolição na Bahia*, afirma que existiu uma corrente abolicionista na região de Alagoinhas e Catu. Escravos que se propusessem a fugir de seus

⁷³ Provavelmente o jornal errou a grafia do nome do Capitão Joaquim Líger. Ele parecia ser um homem conhecido na comunidade e não existem registros de um capitão com o sobrenome “Síger” nos arquivos que analisei. Além disso, a família LÍGER era uma das mais tradicionais da região e também não existem registros de uma família “Síger” em Catu.

senhores, contavam com o apoio de alguns partidários abolicionistas entre os quais constava certo morador do Catu por nome Pedro Lage.⁷⁴ De fato, os jornais da época também noticiavam a atuação de organizações abolicionistas na localidade:

A FESTA LIBERTADORA – O Conselho Diretor da Sociedade Libertadora 7 de Setembro, tendo em vista que o dia 25 de março cai este ano na Semana Santa, e que, por tal motivo, não poderia ser celebrada com as solenidades convenientes a sessão magna para entrega de cartas de liberdade, que costuma ter lugar naquele dia, resolveu transferi-la para o domingo da semana seguinte, 7 de abril. [...].

EMANCIPAÇÃO – A mesma Sociedade comunicou Pedro Joaquim da Silva, da Freguesia de Santana do Catu, haver gratuitamente libertado a 26 de maio e 30 de junho passado seus escravos Raimundo, cabra, de 1 ano e 9 meses, e Maria, mãe deste, da mesma cor, de 19 a 20 anos, impondo somente ao menor, pela estima que lhe vota, a obrigação de viver em sua companhia. (Jornal da Bahia, 15/2/1872, p. 4).

As informações sobre a presença de integrantes das sociedades abolicionistas na região nos dão subsídios para compreender o tom ameaçador em que o capitão Líger escreve o seu “protesto”. O proprietário do negro Martinho intentava “proceder criminosamente” contra quem tivesse “acoitado” seu escravo. Dito de outra forma, ele, ao ameaçar usar os rigores da lei, evocaria os sacrossantos direitos de posse sobre a vida de Martinho. Àquele que agisse em favor dos seus direitos promete Líger “recompensar generosamente”.

⁷⁴ BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-188)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA Salvador, 1996.

Outro detalhe que nos chama a atenção é a rota que o capitão Líger supõe que Martinho tomou em sua fuga: teria ele seguido para Salvador, a capital da província. A fuga para regiões onde o controle dos escravos fugidos fosse mais difícil parece mesmo ter sido uma prática comum entre os cativos do Recôncavo. Ao fugir para capital, o que se desejava era “sumir” em meio à grande massa de negros cativos e libertos que vivia em Salvador, pois essa era no momento uma das maiores cidades do Império.

Uma última questão interessante também é pensar a descrição física que o articulista fez de Martinho. Embora já idoso e marcado pela difícil vida sob a escravidão, não se pode deixar de notar, por exemplo, que o negro não tinha dentes e que tinha uma cicatriz no rosto. A menos que ele tenha sofrido um acidente em algum momento da sua vida, é plausível pensar que essa cicatriz possa ter sido uma marca da violência que sofrera de seu senhor ou de outro proprietário que tivesse exercido poder sobre sua vida. A violência dos senhores para com os escravos não era uma novidade no Recôncavo baiano. Como vimos no capítulo anterior, as estratégias senhoriais de controle poderiam oscilar entre a violência física ou simbólica. Ambas tinham, porém, o mesmo fim. Assegurar a exploração do trabalho e posse do escravo.

Parece que as fugas como a do escravo Martinho e as movimentações no parlamento brasileiro em direção à aprovação de mais uma lei de cunho emancipacionista mobilizaram os senhores catuenses e forçaram a mobilização desses proprietários em prol da formação de uma organização contrária à libertação dos cativos. Pouco mais de um ano depois de “protestar” contra a fuga de seu escravo e contra a possível ajuda de abolicionista em assegurar que o negro conseguisse seu intento, o Capitão Antonio Joaquim Líger

e outros vereadores da cidade convocam os donos de escravos da região, através de um Ofício Circular, a uma reunião que intitularam de “movimento anti-abolicionista”.

O objetivo da reunião era reunir “lavradores”, negociantes e industriais do município “[...] a fim de resolver sobre a atitude que se deva assumir em relação à propaganda abolicionista e ao projeto do governo”.⁷⁵ O tal projeto era aquele que ficou conhecido como Saraiva-Cotegipe que propunha a libertação dos escravos sexagenários. Interessante notar que a grande preocupação com a “propaganda abolicionista” denota que a ação dos partidários dessa causa deveria estar causando estragos e preocupações aos escravocratas locais.

Ironicamente, a Câmara de Catu disse não querer “[...] adiantar juízo” sobre o projeto que estava na Câmara do Império, mas não se poupou em adiantar que “quanto eram atentatórias contra o direito de liberdade”⁷⁶ as ideias constantes na proposta que foi enviada em anexo para que os poderosos de Catu pudessem fazer frente à sua aprovação.

Para quem duvidasse do poder desses senhores de contribuir para intervenção da aprovação do projeto, basta lembrar que estes eram aliados do Barão de Cotegipe, importante político do Império e um dos personagens centrais no processo de aprovação da Lei dos Sexagenários. Homem de expressivo poder junto à Coroa brasileira, o Barão era conhecido entre os abolicionistas baianos com a sugestiva alcunha de “escravocrata-mor” e “chefe da política da escravidão

⁷⁵ BN. CÂMARA DE SANTANA DO CATU. *Gazeta da Tarde*, 04 de setembro de 1884.

⁷⁶ BN. CÂMARA DE SANTANA DO CATU. *Gazeta da Tarde*, 04 de setembro de 1884.

no Brasil.⁷⁷ As relações entre Cotegipe e as elites catuenses podem ter sido maiores do que se pensa uma vez que ele era pertencente ao clã dos Araújo Pinho, e estes detinham propriedades em São Sebastião do Passé, freguesia que fazia fronteira com Santana do Catu.

São as elites desse tipo que Anselmo da Fonseca chamou de “Sacarinocracia”, por ser uma espécie de “nobreza” que “[...] ganhou seus foros espremendo entre os cilindros de seus engenhos a carne dos escravos para tirar-lhes até á ultima gota de sangue”.⁷⁸ Pois bem, era a ele que a Câmara de Catu não cansava de aplaudir os brilhantes e impolutos feitos na Câmara dos Deputados e, certamente depois, no Gabinete Imperial que aprovou a Lei dos Sexagenários. Isso denota o apoio e a articulação que havia entre as elites escravagistas baianas e sua importância no Império.⁷⁹

Os conflitos entre abolicionistas e escravocratas em Catu parecem ter chegado ao limite em 20 de setembro 1887, pouco menos de um ano antes da abolição da escravatura. O Delegado de Polícia local, Antonio dos Santos da Silva Mendonça, denunciava a atuação de militantes que, segundo a autoridade pública, “[...] acoitava em fuga e incitava os escravos contra seus senhores”.⁸⁰

⁷⁷ FONSECA, Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Imprensa Econômica, Bahia, 1887. p. 568.

⁷⁸ FONSECA, Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Imprensa Econômica, Bahia, 1887.

⁷⁹ BN. Felicitação ao Barão de Cotegipe. In: *Correio da Bahia*, 01 de agosto de 1877. Assina o documento, entre os edis, José Freire de Carvalho, futuro Barão de Pojuca, e o nosso já conhecido Antônio Joaquim Líger. Assinam também representantes da família Correia Lima e da família Sá Barreto.

⁸⁰ BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-188)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA Salvador, 1996. p. 103. (APEB, Chefes de Polícia, maço 2891).

A atuação radical e ilegal trouxe consequências para alguns abolicionistas que atuaram na Bahia e estes tiveram de enfrentar a ira dos proprietários de escravos, associados às autoridades e ao poder judiciário locais. O crime de acoitamento estava previsto na Lei de 1885. No processo aberto contra Alfredo Lage, o delegado o acusou de incitamento, fuga e acoitamento de escravos. Em resposta o abolicionista denunciou as autoridades locais de perseguição, em correspondência publicada no *Diário da Bahia*, contra o juiz municipal e o major Paulino de Araújo Góes. As autoridades de Santana do Catu negaram as acusações e afirmaram que Alfredo Lage era uma figura desprezada na localidade, tendo por isso se mudado para Alagoinhas.⁸¹

O Major Paulino de Araújo Góes (futuro Barão de São Miguel) e o Capitão Joaquim Líger eram representantes de uma elite que ainda contava com nomes de peso como Antônio Calmon de Araújo Góes (Barão de Camaçari) e José Freire de Carvalho (Barão de Pojuca), todos conhecidos pela forma violenta e pela resistência em aceitar que o fim da escravidão era algo eminente. Esses indivíduos dominavam todos os setores do poder catuense, aliados a famílias senhoriais poderosas em níveis local, provincial e até imperial. O uso do poder público em prol dos interesses escravagistas era constante entre aqueles que dependiam da mão-de-obra escrava, já que quase todos eram senhores de engenho.

⁸¹ BRITO, Jailton Lima. A abolição na Bahia: uma história política (1870-188) Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA Salvador, 1996. , p. 105. (APEB, Chefes de Polícia, maço 2891).

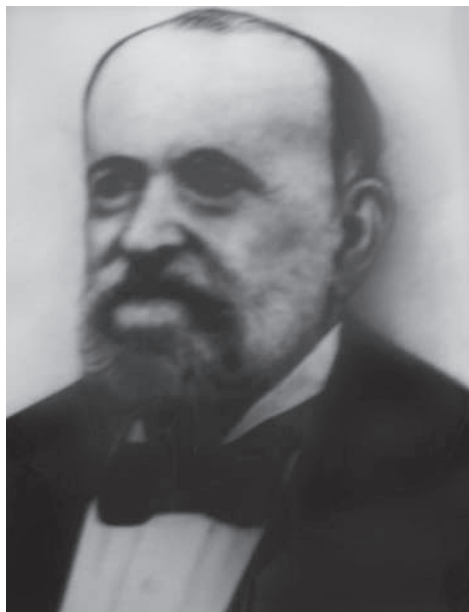


Figura 12 – Barão de São Miguel.

Entretanto, a resistência de senhores como estes certamente foram responsáveis por o Brasil ter vivido um processo “emancipacionista lento e gradual” que durou décadas e que garantiu a permanência das posições de classe no pós-abolição.

4.3 Suicídio forjado: o caso de um escravo assassinado

No que tange à estratégia mais visível, a da violência física, não são poucos os “causos” presentes na memória popular de violências de senhores contra escravos em Catu e região. Existem também alguns registros em jornais da época que, numa análise um pouco mais atenta, podem revelar nuances interessantes para essa

análise. O *Correio da Bahia*, de 17 de agosto de 1877, noticia uma história que vale a pena narrar aqui: conta-nos o articulista que às oito horas do dia 11 do mesmo mês, o subdelegado da Comarca de Alagoinhas afirmou ter encontrado o cadáver de um “indivíduo de cor preta” em um dos barracões daquela vila. Segundo o subdelegado, a promotoria pública solicitou imediatamente “os exames indispensáveis” para que se procedesse a investigação do caso.⁸²

O motivo do exame da solicitação era bem simples: o subdelegado havia colhido informações de que o indivíduo morto havia se suicidado ao ingerir veneno. Casos de suicídios de escravos não eram incomuns na Bahia do século XIX. Jackson Ferreira afirma que o atentar contra a própria vida podia ser um ato desesperado de resistência individual, que pode ser compreendido tanto como expressão de conflito quanto de uma negociação entre senhores e escravos. Poderia ser ainda o resultado do que era conhecido na época como banzo, ou seja, a saudade incontrolável que os africanos tinham da sua terra. Muitos chegavam a morrer, por não se adaptarem às novas condições de vida, ainda mais como escravos de outrem. Nos dois primeiros casos, ameaçar se suicidar era quase sempre uma forma que os negros tinham de evitar uma vida aviltante de violências físicas e simbólicas dos senhores contra as suas vidas.⁸³

Ao estudar esse assunto na Bahia, Jackson Ferreira conta-nos do caso do escravo Timóteo, morador da cidade Salvador. Este negro, ao suicidar-se, afirmava que “[...] acreditava que era melhor a morte a uma vida desgraçada e sem oportunidade de ascensão social,

⁸² BIBLIOTECA NACIONAL. O *Correio da Bahia* de 17 de agosto de 1877

⁸³ FERREIRA, Jackson. Desta para melhor: o suicídio escravo como uma tentativa de voltar para a casa. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org) *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: 2009. (Coleção Revista de História no Bolso). p. 14.

que, no seu caso, significaria a liberdade ou uma maior autonomia dentro do cativeiro”. Para o autor “[...] a rebeldia, da qual o suicídio era expressão mais individual e radical, muitas vezes só acontecia quando todos os meios de acertos já estavam esgotados”.⁸⁴

No entanto, atentar contra a própria vida não parecia ser exatamente o caso do negro encontrado morto no barracão da comarca de Alagoinhas. Algumas marcas no defunto deixavam implícitas que a causa da morte provavelmente teria sido outra. As evidências eram tantas que o corpo foi enviado para Salvador para que fosse exumado na Faculdade de Medicina. O exame cadavérico realizado nas vísceras do morto atestou que não havia vestígios de envenenamento e que, no corpo, foram encontradas diversas cicatrizes, “servícias”, escoriações e equimoses, o que poderia evidenciar o que de fato parecia claro: o homem foi assassinado.

O caso chama a atenção, porém, por se tratar da morte de um escravo por nome Germano, de propriedade de um certo Francisco Gomes dos Reis, ambos residentes na Vila do Catu. Bem, embora não haja maiores informações sobre o caso, não se pode deixar de notar que alguém tentou ludibriar a polícia ao afirmar que o negro Germano havia se suicidado, quando, na verdade, ele tinha sido violentamente assassinado.

No texto, não há qualquer referência à versão do senhor de Germano sobre a morte dele. O que deixa no ar é a possibilidade de que a promotoria pública estaria pressionando a investigação de um caso de assassinato cometido pelo senhor, o que seria bastante

⁸⁴ FERREIRA, Jackson. Desta para melhor: o suicídio escravo como uma tentativa de voltar para a casa. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org) *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. (Coleção Revista de História de Bolso). p. 14.

possível, uma vez que entre os magistrados brasileiros das últimas décadas do Império eram crescentes as ações em que se agia em favor de escravos e contra os senhores. Tratava-se, muitas vezes, de uma atitude política não propriamente em favor dos negros cativos, e sim, contra a escravidão. Esta era, para a maioria dos bacharéis formados nas Faculdades de Direito, uma instituição que manchava o Brasil e que deveria ser extinta o quanto antes em favor do progresso do país.

Casos de violências de senhores contra seus escravos como forma de coibir a escravaria são tão comuns na tradição oral da zona rural de Catu, quanto os casos de “bons senhores” que “bem” tratavam seus escravos. Como vimos no capítulo anterior e veremos também no próximo, não se tratava de ser bom ou mal senhor, mas sim, de elaborar estratégias eficazes de manter os escravos presos à lavoura. Em ambos os casos se utilizavam estratégias senhoriais de controle. Em ambos os casos existia resistência dos escravos. Modalidades e maneiras diferentes de estratégia dos muitos senhores e escravos de Catu e do Recôncavo faziam parte do jogo complexo que girava em torno da escravidão e da liberdade.

SOBRE ALFORRIAS GRATUITAS E LIBERDADES CONDICIONAIS



No ano de 1881, Joana crioula era uma entre mais de cem escravas do Capitão Manoel das Neves, um dos proprietários de engenho do termo do Catu, Recôncavo baiano; era casada com um pardo liberto por nome José e tinha três filhos: Casimiro, de 20 anos de idade, também escravo do Capitão Manoel; Maria e Josefa, de 15 e 10 anos, nascidas em liberdade, por decorrência da Lei do Ventre Livre de 1871. Joana trabalhava nos canaviais de seu senhor e detinha o seu pouco tempo livre para cuidar de sua família residente numa roça cedida ao seu marido pelo Capitão Manuel. Nessa roça, eles criavam galinhas, porcos, algumas cabeças de gado e plantavam gêneros agrícolas de subsistência. Parte da produção deveria ser dada em pagamento ao Capitão Manuel e parte era vendida na feira do Catu para adquirir dinheiro, pois a família corria para conseguir a realização de um sonho: comprar as cartas de liberdade de Joana e Casimiro.

Por algum tempo eles haviam conseguido “pecúlio” das mais variadas fontes: Joana havia herdado 500 mil réis deixados para ela pela sua senhora, já falecida, em testamento onde se dizia que a mulher do capitão lhe deixou essa herança “[...] pelos bons serviços que [Joana] me tem prestado”. O pardo José, por seu turno, trabalhava como vaqueiro em uma fazenda vizinha onde conseguia

o pagamento de alguns milhares de réis por ano. Em pouco tempo, esperavam conseguir as cartas de liberdade que tornariam a família livre para fazer de suas vidas o que desejassem.

A história que acabamos de contar é totalmente fictícia, mas certamente foi vivida por muitos escravos que viveram em Santana do Catu nas últimas décadas da escravidão no Brasil. A leitura de documentos como testamentos, atas, processos, crime e livros de notas nos permite dizer que muitos indivíduos escravizados buscavam as cartas de alforria como modalidade de aquisição das suas liberdades. Tratava-se de uma luta diária que era travada silenciosamente no cotidiano daquelas pessoas. A liberdade era um sonho almejado pelo qual se criavam estratégias variadas direcionadas para a “concessão” das cartas de alforria pelos seus senhores. Esse é o tema principal desse capítulo.

5.1 Sobre cartas de alforria

A liberdade pela alforria foi um dispositivo que a Lei Imperial e os costumes brasileiros previam para os escravos durante os séculos de existência da escravidão no Brasil. Poderia ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Em geral, a alforria era concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele fosse analfabeto. Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento fosse registrado em cartório na presença de testemunhas.⁸⁵

⁸⁵ MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 2003.

Podemos, então, perceber que a carta de alforria era, antes de tudo, um dispositivo legal do qual os escravos dispunham para conseguir a liberdade. Porém, quando se fala em cartas de alforria, habitualmente a lembrança que vem à mente das pessoas é a de um documento por meio do qual um proprietário simplesmente concede a plena liberdade a seu escravo sem nenhuma objeção e com o único objetivo de agradecer pelos “bons serviços prestados”. A história, no entanto, nos mostra que não foi bem assim. A imagem que se difundiu ao longo do tempo sobre os escravos alforriados foi a de que eles nada faziam para conseguir sua carta de liberdade e simplesmente permaneciam passivos e obedientes até que o senhor por conta própria considerasse a possibilidade de fazer essa concessão. Na convivência cotidiana, na micropolítica da vida diária, podemos observar escravo e senhor frequentemente negociarem entre si, enfrentarem-se, fazer acordos, enfim, criar espaços em que um e outro têm chance de exercer influência e pequenos poderes.⁸⁶

p. 233. Estudos interessantes sobre alforria na Bahia e no Brasil podem ser lidos ainda em ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. (Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFBA), Salvador, 2006; CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.123-144; DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 1995; EISENBERG, Peter. Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 12, nº2 (1987): 175-216; MATTOSO, Kátia M. de Q. A Propósito de Cartas de Alforrias Bahia 1779-1850. *Anais de Historia*, nº 4 (1972): 23-52.

⁸⁶ BELLINI, Lígia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988. p. 75.

Foi na convivência diária, em meio aos conflitos do dia a dia, que os escravos e senhores negociavam entre si seus espaços de influências, seus micropoderes. Os escravos não só disputavam pequenas concessões e privilégios com discussões, protestos e grandes revoltas violentas, mas também poderiam, como afirma Bellini, “[...] seduzir, tornar-se cúmplice dos senhores, aproveitando oportunidades e locomovendo-se taticamente no sentido de tornar a sua vida o melhor possível.”⁸⁷

Trata-se, na realidade, de jogos singulares de poder e sedução, favorecidos por situações que muitas vezes envolvem diretamente os corpos do senhor e do escravo, como a preparação da comida dos proprietários pelas escravas, o cuidado e a amamentação das crianças brancas pelas amas, a convivência estreita na mesma casa e até mesmo no quarto, as relações sexuais e os filhos que os vêem protagonizando tais cenas, que ocupavam lugares institucionais tão diferentes, tiveram um com o outro.⁸⁸

A narrativa que se segue – essa sim verdadeira – é significativa para compreendermos as condições de liberdades empregadas através das cartas de alforrias. No ano de 1883, no município de Catu, a crioula Balbina adquiriu sua liberdade, com muito trabalho, angariou a quantia de duzentos mil réis e comprou sua liberdade. Sua carta, assinada pelo senhor do Engenho Cassarogongo, concedia à liberdade nos seguintes termos:

⁸⁷ BELLINI, Lígia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988. p. 75.

⁸⁸ BELLINI, Lígia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988. p. 75.

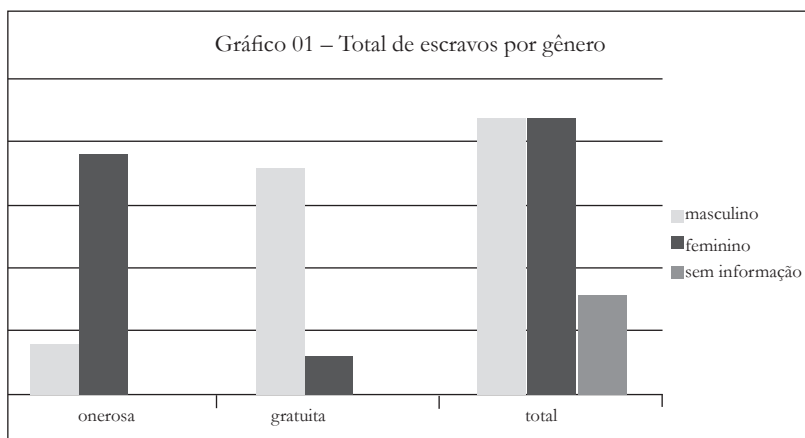
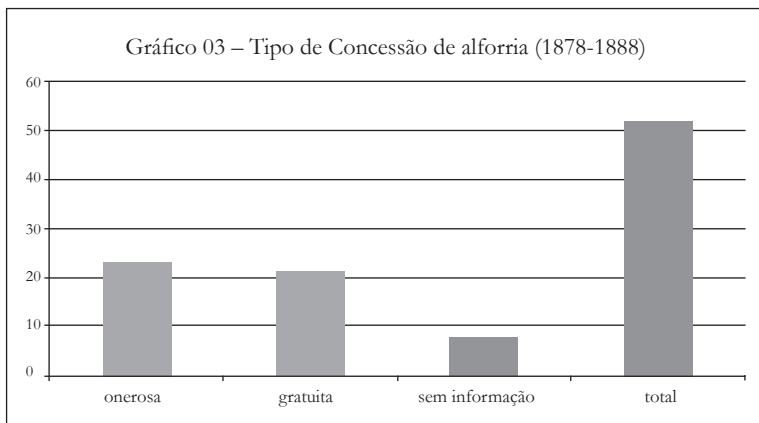
Como legítimo herdeiro da casa da minha finada sogra Dona Maria Vitorina de Jesus, além de mais bens que possuo, de minha livre e espontânea vontade, por ter recebido dela a quantia de duzentos mil réis, e sem constrangimento de pessoa alguma concedo a carta de liberdade a escrava Balbina crioula a qual poderá gozar como se ventre livre tivesse nascido e por ser verdade, passo a presente carta por mim assinada. Engenho Cassarogongo, vinte e um dezembro de mil oitocentos e oitenta e três.⁸⁹

Essa carta de alforria está entre as 52 catalogadas no Tabelionato de Notas do Fórum do Município de Catu e é bastante ilustrativa das características de alguns dos cativos alforriados pelos senhores catuenses. Ou seja, uma mulher de meia idade e compradora da sua própria liberdade. Essa maneira de conceber a liberdade foi na realidade um jogo de arranjos e interesses mediado entre a vontade do senhor e dos escravos. Mecanismos esses que se desenvolveram diante de uma população escravizada obrigada a trabalhar nas lavou-ras catuenses durante todo o século XIX.

5.2 Como comprar a liberdade

A análise do acervo de cartas de alforrias de escravos catuenses que tivemos acesso nos permitiu construir alguns gráficos que nos ajudaram a perceber o perfil médio dos libertos por essa modalidade de alforria:

⁸⁹ APMC, Livro de Notas n° 05, (1883-1885) p. 78.



No universo das 52 alforrias encontradas nos Livros de Notas do Fórum do Município de Catu, entre 1878 e 1888, percebemos uma quantidade maior de escravos do sexo masculino, sendo libertos por intermédio de alforrias gratuitas, enquanto no caso das mulheres preponderam exemplos de alforrias onerosas, ou seja, aquelas onde se pagava uma quantia em dinheiro pela libertação. É possível

que essa diferença tenha residido no fato de as escravas terem uma maior facilidade em acumular pecúlio ao vender produtos alimentícios nas feiras, por exemplo.⁹⁰

Uma interessante pista de como os negros cativos poderiam adquirir recursos para comprar sua liberdade está nos Livros de Testamentos datados do final do século XIX. Nele podemos ler, por exemplo, a senhora Inês Maria de Oliveira Líger que, em 22 de fevereiro de 1879, deixou em seu testamento as quantias de cinquenta mil réis para Firmino, Paulino e Leonel, todos os escravos de sua propriedade. Dona Inês deixa esse quinhão para os seus escravos logo após ter estipulado os preços que eles deveriam pagar se desejassem ficar livres logo após a sua morte. Muito “bondosa”, deixa ainda vinte mil réis para Sabino, Roberto, Benevides e Daniel também legalmente propriedades sua. Receber dinheiro em troca dos “bons serviços prestados” pode ter sido um acordo costumeiro realizado entre senhores e escravos em Catu. Na verdade, parecia interessante para as duas partes: o senhor poderia ter os “bons serviços” dos seus escravos e ainda morrer com a impressão de que teria feito uma boa obra. Os cativos poderiam contar com a “beneficência” do seu senhor quando este ainda estava vivo e com a liberdade condicional e, possivelmente, uma pequena contribuição pecuniária para adquirir a sua liberdade. Existiam os senhores que, após a sua morte, ainda distribuíam dinheiro entre os seus escravos, talvez como forma de conseguir pontos a mais no dia do juízo final. Foi o caso, por exemplo, do Capitão Antonio Cardoso Barbosa que, em 1887, mandou distribuir *post mortem* dinheiro para os pobres e para os escravos:

⁹⁰ NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. No agreste das mulheres a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888). In: *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n° 42, p. 1-10. jun. 2010.

9ª No dia do meu falecimento minha mulher dividirá cinquenta mil réis pelos pobres e esses serão obrigados no ato do recebimento da esmola a rezarem uma Salve Rainha pela minha alma.

10ª Deixo uma quantia de trezentos mil réis, os quais minha testamenteira distribuirá entre todos os nossos escravos.⁹¹

Todavia, seria ilusório pensar que os escravos dependiam única e exclusivamente dos senhores para conseguirem os valores que necessitavam para comprar a tão sonhada liberdade. No testamento de Dona Maria Firmina da Anunciação Leal, a senhora residente no termo do Catu, ela manda que o testamenteiro pague duas vacas a sua escrava, a africana Joana, que seu filho Eugênio Leal Cardoso, lhe devia, vindo a falecer antes de ter honrado a referida dívida. Dona Maria Firmina declarou ainda que devia cento e dez mil réis para o preto Antonio da Costa, africano residente no distrito de Pojuca⁹² A dívida de Eugênio com a escrava da sua mãe sugere que a negra lhe havia prestado algum tipo de serviço ou que ela havia, na pior das hipóteses, lhe vendido duas cabeças de gado. No caso, do africano Antônio, podemos pensar que, mesmo sendo liberto, este poderia usar de seus serviços para conseguir recursos para a compra da liberdade de parentes, por exemplo. Para Dona Maria

⁹¹ APMC, Registro de Testamento solene em que faleceu o capitão Antônio Cardoso Barbosa, sendo aberto o mesmo testamento em vinte e quatro de dezembro de mil oitocentos e oitenta e sete e do qual aceitou a testamentária Dona Teodora Maria da Silva Cardoso, com o prazo de quatro anos para a prestação de contas.

⁹² APMC. Registro de Testamento com que faleceu Dona Maria Firmina da Anunciação Leal, em 16 de setembro de 1878. p. 2. Disponível no Livro de Testamento do Termo de Santana do Catu. Nº 1.

Firmina, talvez fosse melhor pagar pelos serviços de um liberto do que comprar um escravo que pudesse lhe prestar um determinado serviço especializado para o conserto de uma máquina de refino de açúcar, por exemplo.

Os senhores catuenses incentivavam seus escravos a construir pecúlios para aquisição da sua liberdade – podemos perceber claramente isso no capítulo onde discutimos o Fundo de Emancipação dos Escravos de Catu. Isso ajudava a reforçar o direito de propriedade que os senhores tinham legalmente sobre os escravos. Assim, transações financeiras entre senhores, libertos e escravos parecem ter sido comuns nos engenhos, fazendas e sítios de Santana do Catu como, aliás, podemos depreender das fontes exemplificadas no testamento de Dona Maria Firmina. Era possível ver também o cultivo de gêneros de subsistência em roças arrendadas nas propriedades dos próprios senhores. Esses produtos poderiam ser vendidos na roça local, como foi o caso do Mucunga, roça situada dentro do Engenho Api, de propriedade dos Araújo Góes, cujo assunto já tratamos em capítulos anteriores.

5.3 O preço das alforrias gratuitas

Na segunda metade do século XIX era de muito bom tom libertar um escravo em homenagem a uma personalidade de destaque ou em celebração de um aniversário, de uma festa religiosa, de um diploma obtido, de um sucesso inesperado, espécie de ex-voto, ato de piedade, de reconhecimento e enobrecimento.⁹³ Algumas cartas de liberdade foram concedidas como “dádivas” da liberdade dada

⁹³ MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 2003. p. 85.

pelo senhor ao seu escravo, por vezes eram utilizadas como forma de projeção social no campo religioso ou mesmo político. Muitos senhores e senhoras procuravam transparecer certa “atitude cristã” ou mesmo “de apoio ao abolicionismo” ao libertar, publicamente, alguns de seus cativos. Observe o que está escrito na carta de liberdade da parda Ana, concedida pelo capitão Augusto Joaquim:

Querendo dar uma prova em concessão do prazer que me causou a vitória do Excelentíssimo Doutor Inocência Marques de Araújo Góes Júnior nas urnas eleitorais desse oitavo distrito, que com maior justiça elegeu a Assembleia Geral Legislativa, concedo a plena liberdade a minha escrava Ana, parda, com dezesseis anos de idade, [...] filha de minha escrava Marcelina, também parda para que goze como se de ventre livre nascesse desde o dia em que completar a maior idade [...] Vila de Santana do Catu, quinze de novembro de 1884.⁹⁴

A carta deixa passar algumas significações interessantes que valem apenas serem destacadas aqui. Em primeiro lugar, percebe-se que o senhor da parda Ana, estava se utilizando do ritual de “concessão” da liberdade para enfatizar a sua “alegria” pela vitória do Dr. Inocência Marques de Araújo Góes Júnior. Uma leitura mais atenta possibilita a inferência de que o capitão Augusto estava, na verdade, reafirmando a sua parcela de contribuição para a vitória do deputado Góes Júnior no oitavo distrito. Tratava-se da utilização do momento “sacrossanto” da alforria de uma “pobre escrava”, para reforçar os laços políticos entre o deputado e o seu cabo eleitoral; em segundo, cabe interrogar quem foi o Dr. Inocência Marques de Araújo Góes Júnior (1839-1897). Se ele foi citado com tantas pompas e circuns-

⁹⁴ APMC. Livro de Notas n^o 5. (1883-1885)

tâncias, é porque detinha algum destaque no cenário político e social de Catu e/ou da Bahia. Na verdade, o homem era um dos cidadãos mais respeitados do Império. Pelo menos é isso que fica evidente nos dados biográficos do autor. Tratava-se de uma figura ilustre nos meios sociais, políticos e literários, renomado jurista. Filho do destacado político Barão de Araújo Góes (1811-1897), chegou a ser ainda formado em Direito em 1861 pela Faculdade de Recife e São Paulo (redutos do abolicionismo, na segunda metade do século XIX, principalmente.). Soube marcar sua vida pública com grandes exemplos de integridade e coragem, na defesa, sobretudo dos interesses da Bahia. Foi Deputado junto à Câmara Geral, do Império de 1872 a 1877. De 1885 à 1889 Presidente da Província de Pernambuco.⁹⁵

Mas o que chama mesmo a atenção nesse caso não é o poder político do Dr. Araújo Góes Jr., e sim a sua posição quanto à questão da escravidão no Brasil. Consta na documentação sobre o abolicionismo baiano que ele era um de seus maiores entusiastas. O também abolicionista Anselmo da Fonseca, na obra *A escravidão, o clero e o abolicionismo* menciona-o como colaborador de um grande jornal abolicionista de Salvador, ao lado de abolicionistas destacados como Eduardo Carigé, Augusto Guimarães (cunhado de Castro Alves) e outros.⁹⁶ Além disso, a documentação do Clube Abolicionista Sete de Setembro menciona o Deputado Araújo Góes Júnior como um de seus principais colaboradores. Consta ainda que o Dr. Araújo Góes entrou para a História do Brasil como o único deputado que fez uma emenda à Lei Áurea.⁹⁷

⁹⁵ BITTENCOURT, 1992, p. 255

⁹⁶ FONSECA, Luís Anselmo da. *A Escravidão, o clero e o abolicionismo*. Bahia: Imprensa Econômica, 1887. p. 276.

⁹⁷ CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A escravidão: convergências e divergências*, 1988. p. 99.

Tendo em vista que se tratava de um abolicionista influente politicamente, fica claro que o capitão Augusto usou a alforria da parda Ana para fins políticos. Ele intentava agradar seu aliado político, prevendo, quem sabe, futuras compensações políticas para esse ato. Tanto é que o próprio capitão nos deixa saber que libertou uma jovem escrava, mas que ainda manteria sua mãe cativa, o que nos deixa certos de que ele não abriria mão da escravidão como modalidade de trabalho dentro de suas posses. Ao que parece, tratava-se apenas de um “agrado” de cabo político a alguém que poderia render-lhe um retorno para além do valor da jovem escrava.

A parda Ana nascera apenas dois anos antes da Lei do Ventre Livre e, por isso, não tivera a sorte de nascer livre, como tantas outras crianças negras que nasceram anos depois. A parda Ana certamente não deveria ser, segundo o seu senhor, a atriz principal desse “teatro” da libertação. Ele reivindicava para si esse posto, pois queria se promover social e politicamente através daquele ato. É de esperar inclusive que ele tenha realizado o ato de libertação numa festa pública. Da mesma forma fizeram os senhores da eminente família Araújo Góes ao libertar escravos de sua propriedade numa outra ocasião festiva:

O capitão Manoel José dos Reis de Araújo Góes e Dona Germana Joaquina dos Reis de Araújo Góes concedem carta de liberdade a seu Francisco Gama e a Josefina, sua mulher, sem condição alguma pelo regozijo e prazer que tiveram pela formatura de seu filho Eugênio Alexandro dos Reis de Araújo Góes, e por ser de nossa livre vontade lhe confessam a presente em presença do Capitão Antônio C. do Rego e capitão Augusto B. Conceição. Quatro de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e sete.⁹⁸

⁹⁸ APMC. Livro de Notas nº 6. (1885-1887). Catu, 4 de fevereiro de 1887.

A expressão de beneficência, de religiosidade, como se os senhores pensassem estar realizando uma boa ação diante de Deus e da Igreja, também pode ser lida em algumas das cartas, como fez a senhora de escravos Maria Filipa de Barros:

Eu, Maria Felipa de Barros, como uma prova de respeito e veneração que presto ao dia de hoje, em que a Igreja comemora a Sagrada Paixão e Morte de nosso senhor Jesus Cristo e atendendo aos bons serviços, que me tem prestado minha escrava Joana, crioula, com quarenta e cinco anos de idade, mais de menos, matriculada sob os números 3843 da matrícula [...], a liberto pela diminuta quantia de cinquenta mil réis, que a essa data recebi, e para que goze de agora em diante da sua liberdade, lhe mandei passar a este título irrevogável.⁹⁹

A liberdade “gratuita” pelos “bons serviços prestados” são expressões costumeiramente encontradas nas cartas de liberdade e nos testamentos analisados. Na verdade, essa prática escondia um acordo tácito entre senhores e escravos, no qual eles deveriam trabalhar arduamente para seus senhores e não praticar atos de rebeldia. Na prática, as liberdades gratuitas eram pagas pelos escravos em duros anos de trabalho forçado. No caso de Dona Maria Felipa, percebe-se que, mesmo concedendo a liberdade em um dia santo, ela não abriu mão de cobrar um preço simbólico pela liberdade da escrava Joana. Tratava-se de uma clara demonstração de que sua liberdade mesmo sendo “concedida” tinha um preço. Os senhores quando não queriam demonstrar “caridade”, faziam questão de deixar claro e procurar assegurar a sua prerrogativa contida em Lei, sobre seus escravos. Como no caso do senhor Bernadino, que libertou sua escrava Jerônima em agosto de 1886:

⁹⁹ APMC. Livro de Notas n° 5. (1883-1885). Catu, 24 de abril de 1885

Eu, Bernadino da Silva Pessoa, concedo plena liberdade à minha escrava Jenonima, parda, com vinte anos de idade, pouco mais ou menos, solteira, do serviço doméstico e natural de Pojuca. [Ilegível]. O que faço de minha livre e espontânea vontade e sem indenização alguma, em remuneração pelos serviços prestados, podendo a dita escrava gozar da liberdade como de ventre livre tivesse nascido. [...] Catu, vinte e um de agosto de 1886.¹⁰⁰

Parece um pouco contraditória a afirmativa de Bernadino quando asseverou que libertava Jeronima “sem indenização alguma em remuneração pelos serviços prestados”. Estaria ele a reconhecer o cumprimento da cativa em trabalhar para ele durante o regime do cativo como uma espécie de pagamento pela sua liberdade e que por isso ele abria mão dela “sem remuneração”? A lógica senhorial, às vezes, é um pouco difícil de compreender, mas o que ele estava dizendo era exatamente isso. A ideologia senhorial buscava reforçar o seu poder sobre os escravos mesmo num tempo em que se fazia cada vez mais difícil manter o controle sobre os cativos. Só lembrar que, em 1886, quase não existiam escravos no Brasil e que nesse momento os senhores do Recôncavo eram dos poucos que ainda teimavam em resistir contra o inevitável fim da escravidão.

5.4. Liberdade sob condição

Declaro que a minha cria de nome Victoriana, pardinha com doze anos de idade, filha da escrava Cândida, também parda, hoje vendida, depois do meu falecimento, acompanhará o meu marido, primeiro testa-

¹⁰⁰ APMC. Livro de Notas nº 6. (1885-1887). Catu, 21 de agosto de 1886.

menteiro, Manoel João Atanázio de Oliveira, durante sua vida por morte do qual, se por ventura este me sobreviver, se lhe passará sua carta de alforria de liberdade, para que dela goze, como se de ventre livre nascesse, servindo-lhe esta verba também de título.

A declaração acima consta no Testamento de Dona Mavinha de Uzeda e Luna moradora do Richão, Zona Rural de Catu, aberto em 8 de março de 1887. Assim como ela, encontramos uma infinidade de testamentos e de cartas de liberdade em que os senhores catuenses se comprometiam ante a lei a libertar seus cativos mediante a aceitação de um acordo em que eles se manteriam na linha durante certo período de tempo. Esse tempo poderia ter durado todo o cativeiro de Victoriana. Considerando que o testamento de Dona Mavinha foi aberto em 1887 e que a sua “cria” deveria ainda servir ao seu marido enquanto vivesse, se a abolição da escravatura não tivesse vindo, no ano seguinte, 13 de maio de 1888, Victoriana ainda teria que viver como escrava durante muitos anos prestando “bons serviços” como desejavam seus senhores.

Outro exemplo muito interessante de alforria diz respeito às chamadas alforrias condicionais, que são aquelas nas quais o senhor estabelece uma série de exigências e parâmetros referentes às condições de libertação do escravo. Transcrevemos a seguir uma alforria desse tipo:

Carta de liberdade condicional do crioulo Ângelo Pedro dos Santos

Com a condição de acompanhar a mim enquanto viva for pela presente alforrio o meu escravo Ângelo Pedro dos Santos, pelos bons serviços que me tem prestado. E como eu Teodora Maria de [...] Santos não sei ler

nem escrever pedi ao senhor [...] Norberto Sá Barreto que esta por mim escrevesse rogo assinasse com as testemunhas abaixo assinadas. Vila de São Francisco, vinte de Março de mil oitocentos e setenta e sete.

Nesta carta, a senhora proprietária do escravo Ângelo Pedro dos Santos declarou que a liberdade dele só se consumaria após a sua morte. Cartas com estas cláusulas foram muito comuns ao longo da história da escravidão. As cartas do crioulo Ângelo nos revela as estratégia de controle da senhora, sobretudo por demonstrar sua tática para obter a fidelidade “incondicional” do seu escravo.

Estratégias, negociações, interesses são alguns dos termos que podem muito bem ser relacionadas às cartas de alforria, pois estas desvelam uma tênue divisão existente entre escravidão e liberdade. Em Catu, as estratégias legais para aquisição de alforria podem ter sido mais intensas, pois, por um lado, houve a resistência e a tentativa senhorial de reafirmação dos seus direitos de propriedades sobre os seus cativos, mas, por outro, eles tinham que ceder a uma população escrava fortemente marcada por laços de parentesco e pela obtenção de práticas que significavam a possibilidade de se conseguir meios e recursos para a aquisição da alforria dentro da Lei e dos costumes.

UM FUNDO PARA A LIBERDADE



No primeiro dia do mês de março do ano do nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e um, na Casa da Câmara Municipal de Santana do Catu, reuniu-se o Major Paulino de Araújo Góes, o Coletor Geral, nomeado para tal finalidade, Alexandre Luna de Araújo Góes, o Promotor capitão Joaquim de Barros Seixas Loureiro, e o primeiro escrivão de paz da vila, Manoel M. de Carvalho, que compunham a junta de classificação “[...] para alforria de pessoas escravas”, em conformidade com o Decreto nº 5.135, de 13 de Novembro do ano de 1872, recebendo cinco requerimentos: Suphia Maria da Conceição vinha à junta em prol do seu marido de nome Laurino, escravo de Manoel de Castro Lima; de José Florêncio, em favor da sua mulher de nome Teresa, escrava do capitão José Lopes da Conceição; de Isabel, em favor do seu marido de nome Julião, escravo do cidadão Tolentino José de Santana; de Dionísio do Rego, em favor de sua mulher africana Ana, escrava de D. Joana Hermenegilda de Souza Rego; de Joana Correia, em favor de seu marido de nome Manoel, escravo do Tenente Francisco Batista de Correia Lima com a quantia de cento e quarenta mil réis como cota para conseguir sua liberdade. Sendo adiantada a hora, atentou a junta em suspender os trabalhos adiando a seção para o dia seguinte¹⁰¹

¹⁰¹ APMC. Ata da Junta Classificadora do Fundo de Emancipação de Escravos. Disponível no *Livro para classificação do Fundo de Emancipação de Escravos do Município de Santana do Catu* (1880 e 1885). p. 1a.

No parágrafo anterior transcrevo em linhas gerais o resumo constante na Primeira Ata do Livro do Fundo de Emancipação de Escravos de Catu. A Junta era composta por três senhores de escravos, entre eles, o quase legendário Paulino de Araújo Góes, futuro Barão de São Miguel, um dos políticos e senhores mais poderosos da região, muito conhecido pela truculência com que tratava seus escravos, pela perseguição aos cativos “fujões” e por ser um árduo defensor dos “legais” direitos senhoriais. No Brasil, a condução da libertação dos escravos, mediante esse mecanismo criado por lei, ficou a cargo dos senhores. Em Catu não foi diferente, pois um grande defensor da ordem e dos direitos senhoriais foi quem presidiu a Junta Classificadora do Fundo de Emancipação nos seis anos de sua existência.

6.1 A junta classificadora e suas funções

A Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, previa, além da libertação de todas as crianças nascidas de ventre escravo a partir daquela data, um conjunto de dispositivos que permitia a compra da liberdade mediante pagamento. A partir dessa Lei, foi também estabelecido um Fundo de Emancipação cujas receitas, provenientes de “[...] impostos, doações, loterias e multas impostas pela infração da própria lei”¹⁰², seriam utilizadas para pagamento de alforrias de cativos selecionados por juntas classificadoras de escravos.¹⁰³

¹⁰² ABREU, Martha. Lei do Ventre Livre. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 468-472.

¹⁰³ LOUZADA, Cátia. Fundo de emancipação e famílias escravas: o município Neutro na lei de 1871. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

Pelos termos da lei, o fundo deveria ser precedido de uma matrícula de todos os escravos do país, que serviria para se estabelecerem as proporções, e de uma classificação de todos os escravos matriculados, conforme critérios definidos em lei. No procedimento de matrícula, o proprietário declarava a idade, o “estado civil”, a aptidão para o trabalho e demais características do escravo e estabelecia um valor para sua libertação. Este valor serviria tanto para uma eventual compra de sua alforria (pelo próprio escravo ou qualquer outro indivíduo) quanto para sua libertação pelo fundo de emancipação de escravos.¹⁰⁴ A escrava catuense Januária, de propriedade de Manoel José de Santana, e o escravo José crioulo, que tinha por seu dono Dona Clara Faustina de Jesus Pereira, foram excluídos da lista classificadora destinada à quarta cota do Fundo de Emancipação de Catu, por não ter seus nomes em nenhuma lista de matrícula. Estavam, portanto, escravizados ilegalmente. Além do mais, não poderiam ser classificados, por não terem seus preços formalmente afixados.

Após o fim da matrícula, as juntas classificadoras deveriam se reunir em todos os municípios do país e classificar os escravos com base nas informações prestadas pelos senhores e por esclarecimentos que julgassem necessários. Os critérios de classificação, conforme a regulamentação instituída pelo Decreto 5.135, de 13 de novembro de 1872, privilegiavam a libertação das famílias ou de escravos casados, em detrimento dos “indivíduos” – cativos que não tinham cônjuges nem filhos escravos ou ingênuos. A definição desses critérios certamente não era casual, pois levavam em consideração os interesses dos vários envolvidos em cada processo.¹⁰⁵

¹⁰⁴ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. In: *Revista de História*, 1, 2 (2009), p. 18-39. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/>, acesso em 23/11/2012.

¹⁰⁵ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas

Voltemos aos trabalhos da Junta Classificadora do Catu. Nos dias subsequentes compareceriam ante a Junta toda a sorte de pessoas: senhores, escravos, terceiros, mas, sobretudo, cidadãos livres que requeriam a liberdade para o seu cônjuge. Atitude de causa pensada, a estratégia simplesmente procurava fazer uso da lei que instituía o Fundo de Emancipação e demais normativas, sobretudo ao que se referia ao seu objetivo principal: o de manter unidas as famílias ou o de tornar possível essa união. Embora as regras de classificação só tivessem sido alteradas em aviso circular publicado pelo Estado em 19 de janeiro de 1883, já era costume conceder liberdade de preferência a escravos casados com pessoas livres. Em outras palavras, muitos cativos e libertos fizeram uso tanto da lei, quanto do costume que se instituiu em torno do Fundo de Emancipação desde o momento da sua promulgação.

Entretanto, antes de ser publicada a lista que alforriava os escravos “contemplados” pela libertação de seus cativeiros, o Coletor Geral Alexandre Luna de Araújo Góes levantou uma dúvida que, pelo que se infere, se resume pelas seguintes indagações: como a grande maioria dos escravos que compareceram ante a Junta Classificadora cumpriam as determinações principais que informava a Lei, a saber que eram casados, tinham filhos livres ou ingênuos e apresentavam pecúlio que assegurava o pagamento parcial de sua liberdade? Como proceder a lista de classificação se a cota destinada para a libertação não era o bastante para todos e assim quais critérios de ordenamento se deveria adotar?¹⁰⁶

e o Fundo de Emancipação. In: *Revista de História*, 1, 2 (2009), p. 18-39. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/>, acesso em 23/11/2012.

¹⁰⁶ APMC. Ata da Junta Classificadora do Fundo de Emancipação de Escravos. Disponível no *Livro para classificação do Fundo de Emancipação de Escravos do Município de Santana do Catu* (1880 e 1885). p. 2b-3a.

Era preciso esperar as orientações requeridas ao Presidente da Província da Bahia. O parecer do presidente baiano não só foi acatado, como serviu de referência para todas as outras listas arroladas pela Junta Catuense nos anos seguintes. A resposta da autoridade baiana estava em conformidade com os interesses senhoriais e foi seguida à risca pela Junta: como critério de desempate dever-se-ia observar a idade dos cativos, se os mesmos estavam devidamente matriculados assim como mandava a Lei, se os requerimentos peticionários cumpriam o perfil exigido para a libertação e, por fim, como não podiam deixar de ser, as “informações” que os senhores davam dos seus escravos requerentes.¹⁰⁷

Na prática, isso significou uma alteração relevante na primeira lista de classificação da Junta. Para saber qual a postura da Junta, basta observar os primeiros classificados na Lista: Vicente, cabra, 43 anos; Isabel, mulher deste, 49 anos; Affra, 19 anos; e Cândido, 25 anos, filhos do mesmo casal, além de uma ingênua de nome Josefina, da mesma família, eram todos escravos do Barão de Camaçari. Embora não tivessem apresentado qualquer quantia em favor da sua liberdade, essa família era a única a comparecer ante a Junta que tinha entre seus membros um filho ingênuo, ou seja, nascido livre em função dos efeitos da Lei do Ventre Livre.

Segundo o inciso segundo do artigo 27, do Decreto 5135/1872, teriam preferência para caso de libertação pelo Fundo de Emancipação “[...] os cônjuges e filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos”. Além disso, a mesma lei afirmava ter prioridade as famílias e, logo após, os indivíduos.¹⁰⁸ Muito provavelmente, por

¹⁰⁷ APMC. Ata da Junta Classificadora do Fundo de Emancipação de Escravos. Disponível no *Livro para classificação do Fundo de Emancipação de Escravos do Município de Santana do Catu* (1880 e 1885). p. 5a-5b.

¹⁰⁸ Decreto 5135, de 13 de Novembro de 1872. p. 1052. Disponível em:

conhecimento da Lei e dos seus efeitos, a família do escravo Vicente foi toda ela libertada sem desembolsar nenhum dinheiro e foi classificada à frente de muitos outros que ajuntaram quantias, por vezes, vultosas para alçarem em favor da sua liberdade. Pelo visto, nesse caso, valeu quem dominava mais os desígnios da lei. Embora não se saiba como essa família tivesse tomado conhecimento dela, o fato é que sua estratégia foi tão meticulosa que valeu da Junta Classificadora uma consulta à autoridade máxima do executivo baiano a fim de se certificarem de que esse era mesmo o procedimento correto.

A orientação presidencial nutria a lei e as normativas anteriores também para confirmar um tipo de escravo ideal para ser libertado pelo Fundo. A análise de todos os casos constantes no Livro de Emancipação de Escravos libertados, em Catu entre 1880 e 1885, pode nos dar este perfil: homem ou mulher, em média entre 40 e 60 anos, casado, de preferência com filhos livres ou ingênuos, com parte do pecúlio em prol da sua liberdade. Uma análise numérica dos libertos pelo Fundo em seis anos de funcionamento pode confirmar o perfil ideal do escravo que deveria liberto, conforme orientações do Estado e desejo dos senhores.

Tabela 1: Número de Libertos pelo Fundo de Emancipação por faixa etária (1880-1885)

Faixa Etária	0 a 20	20 a 30	30 a 40	40 a 60	Total
Nº de escravos	03	05	14	22	44
Porcentagem	7%	11%	32%	50%	100%

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>, acesso em 28/11/2012.

A grande maioria dos escravos libertados pela Junta catuense era casada, apresentava pecúlio e tinha mais de 30 anos (82% do total). Havia um princípio de libertar escravos que já tivessem dado seus melhores anos de trabalho a serviço de seus senhores. Dentro dessa lógica, buscava-se alongar ao máximo a sobrevivência da escravidão, agora com um status modificado pela interferência estatal, bem como forçar os libertos ao trabalho. Os meios de cooptação de que o Estado passava a dispor para essa tarefa, a partir da lei, haviam mudado: de um lado, a lei forçava um relaxamento dos aparelhos repressivos de controle e, de outro, promovia uma incorporação pelo poder público das promessas de recompensa, como a possibilidade de libertação. Ao fazer uso da lei, os destinos dos escravos ainda não lhes pertenceriam por completo: uma vez que os dispositivos legais que possibilitavam a alforria dependiam em grande medida da atuação senhorial, as ambições de liberdade dos escravos poderiam ser ainda uma vez prejudicadas pela desídia e pela má-fé dos seus senhores.¹⁰⁹

Embora a petição de liberdade pudesse ser apresentada à Junta de Classificação pelo próprio cativo, na maioria esmagadora dos casos era o cônjuge livre dele quem servia de requerente. Em segundo lugar vinham as petições apresentadas pelos próprios senhores, a exemplos dos escravos do Barão de Camaçari e do Doutor Sócrates Bittencourt. O primeiro, político conhecido e renomado na província; o segundo, primeiro prefeito da cidade de Catu. Ao conduzir o processo do seu cônjuge escravo, o parceiro livre provava de corpo

¹⁰⁹ DAUWE, Fabiano. Os múltiplos sentidos da liberdade: a viabilidade e as expectativas da libertação pelo fundo de emancipação de escravos. In: II *Encontro "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional"*. p. 4; e DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável*. os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

presente que a petição do seu consorte merecia consideração perante a Junta Classificadora. Tratava-se, portanto, de mais uma estratégia escrava em busca da liberdade.

Não seria exagero pensar que, ao criar o perfil ideal do escravo a ser libertado, a intenção dos senhores e do Estado era de convencer a escravaria baiana de que o trabalho duro e fiel seria “coroadado” com o dom da liberdade numa fase posterior das suas vidas. Ao dar os seus melhores dias no labor em prol do bem de seus senhores, o reconhecimento viria se, e apenas se, houvesse uma contrapartida que era a dedicação dos cativos aos senhores. Dito de outra forma, senhores e governo – que na Bahia e em Catu era também formado por eles – deram uma interpretação própria a pontos da Lei de 28 de setembro de 1871, que criou o Fundo de Emancipação para escravos.

6.2 As brechas no Fundo de Emancipação...

Entretanto, há de se pensar que esse jogo poderia ser jogado também pelos oprimidos, pois, ao conhecer o teor da Lei, alguns cativos usaram das suas regras e cláusulas para tentar conseguir a tão sonhada liberdade. Para ilustrar essa premissa, vejamos o caso do escravo Manoel José, de propriedade de Dona Maria do Nascimento, que, no ano de 1885, compareceu ante a Junta Classificadora alegando ser casado. Essa informação, após investigação da Junta, verificou-se não proceder.

Outro caso é o de Leôncio, escravo do Doutor Sócrates Bitencourt, 35 anos, solteiro, que compareceu à Junta no ano de 1883, e mesmo apresentando pecúlio em favor de sua liberdade, que também foi requerida pelo seu senhor, não foi contemplado. No ano seguinte, o mesmo Leôncio compareceu à Casa da Câmara, mas dessa vez casado de papel passado com uma mulher livre. Não podemos

afirmar categoricamente que foi uma estratégia estritamente planejada por ele, mas naquele ano ele conseguiu sua liberdade. Basta ler a Ata que registra a Lista de Libertados pela quarta cota datada do ano de 1884.

Os escravos usavam da melhor maneira brechas e possibilidades abertas pela lei. Esse foi o caso da Lei 2.040 que estabelecia, entre outras providências, a instituição do Fundo de Emancipação. Atitudes como acumular pecúlio, casar-se durante os trabalhos da Junta Classificadora ou mesmo residir em cidades com maiores possibilidades de classificação eram algumas das estratégias para melhorar sua situação entre as categorias prioritárias,¹¹⁰ como foi o caso do escravo Leôncio. Poderiam ainda forjar casamentos, ou simplesmente mentir, como foi o caso da tentativa malograda de Manoel José. Existiam casos também de cativos que alegavam ter em seu poder ou do senhor pecúlios que não possuíam, como foi o caso do crioulo Luís Gonzaga, de propriedade de Dona Joana Hermenegilda de Souza Gonzaga, ambos também residentes em Catu.

Entretanto, embora saibamos que a classificação dos escravos ocorria, na teoria, à revelia da vontade dos seus senhores e que muitos deles se utilizavam inteligentemente das brechas e possibilidades dadas pela lei, não se pode deixar de lembrar que os senhores também utilizavam das aberturas e possibilidades legais para usarem a lei a seu favor. Acreditamos que o decorrer desse capítulo transcorre justamente nesse sentido. É interessante lembrar que, no caso do Catu, a Junta Classificadora foi presidida em todos os seus anos de existência pelo Major Paulino de Araújo Góes, ardoroso defensor dos direitos senhoriais na sociedade catuense.

¹¹⁰ GEBARA, Ademir. *O mercado de livre trabalho no Brasil (1871-1888)*, São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 57-60.

Cabe lembrar também que os critérios exigidos, não só pela lei mas também pelas orientações da Presidência da Bahia, não deixavam dúvidas de que o Fundo de Emancipação abria possibilidade de “direito” apenas aos escravos que cumpriam uma infinidade de prerrogativas, dentre elas a consecução do pagamento parcial do valor pela sua própria liberdade, sendo que a cota reservada pelo governo indenizaria o proprietário pelo restante do valor da liberdade do indivíduo. Na prática, isso significava a manutenção, ainda que modificada, do “sacrossanto” direito que o senhor tinha sobre o seu escravo. Isso era tudo que senhores como o Barão de São Miguel defendiam.

Temos que mencionar também que, em cerca de seis anos de trabalhos da Junta Classificadora do município de Catu, sabe-se lá porque, começaram a funcionar de fato, apenas no ano de 1880, somente 44 escravos tiveram o “direito” de se verem livres do jugo senhorial através do Fundo de Emancipação. Se atentarmos para o fato de que o município tinha cerca de 1300 escravos um ano antes a abolição, veremos que as estratégias senhoriais de barrar e de conseguir reverter a lei a seu favor foram, pelo menos no caso catuense, bem sucedidas. O conflito entre dominados e dominadores é um conflito desigual, pois os segundos tinham muito mais instrumentos para manutenção do seu poder, do que os primeiros para dele se verem livres.

De qualquer forma, o fato é que senhores e escravos negociavam cotidianamente e, no caso das possibilidades abertas pelo Fundo de Emancipação, a situação não foi diferente. Também nesse caso valia a astúcia, a perspicácia e o “jeitinho” de quem soubesse mais transitar entre os pantanosos territórios da escravidão e da liberdade.

MEMÓRIAS DO CATIVEIRO EM *BELA FLOR*



Seu João¹¹¹ nasceu em 1936. Diz que seu avô contava histórias da escravidão a partir de suas experiências noutra propriedade: “[...] o que eu conheci dos Pimentel foi um negro chamado Juvino, ele veio da África, chegou da África”. Lá, os traficantes “[...] levaram cachaça e fumo, e fazia festa, aí eles entravam pra dentro do navio, aquele festão melhor do mundo”, enquanto ficavam todos bêbados “[...] naquela festa, os estrangeiro zarpava com o navio, chegava cá não tinha pra onde ir. E veio vindo, veio vindo, roubaram foi um bocado de negro. Tinha um bocado de negro aí, só escapou Juvino.”¹¹²

Esse relato expressa a forma como parte dos descendentes de escravos explica a escravidão africana que ocorreu no Brasil. Na maioria das vezes se referindo aos seus antepassados como “cativos” e não como escravos. Nosso depoente nos conta que eles foram “roubados” da África em ocasiões como a que ele rememora. Esse relato é um trecho do depoimento de seu João, morador do município de Catu na localidade de Bela Flor – conhecida também como São Miguel. Seu João viveu – pelo menos – a infância, entre as décadas de 1930 e 1940, “tocando lavoura” com a família, em uma das mais antigas áreas escravistas do Recôncavo baiano, no Engenho do Api.

¹¹¹ Dentre os recursos metodológicos adotados entre os quais figuram entrevista direcionada com perguntas e respostas, e assinatura de termos de autorização das gravações. Entretanto, para efeito de preservação da identidade dos entrevistados utilizamos apenas pseudônimos.

¹¹² Entrevistado I, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

Em seu depoimento seu João rememora histórias de seus pai e mãe, avô e avó, bem como traçam com facilidade suas ramificações familiares até o cativo. Tomadas em conjunto, as entrevistas produzem determinadas versões muitas vezes comuns, outras vezes conflituosas sobre escravidão e liberdade, que demonstram uma relação com as trajetórias e as tradições familiares.

Nesse capítulo, temos por objetivo narrar e analisar as memórias genealógicas de afrodescendentes sobre os últimos anos da escravidão no Recôncavo enfatizando as relações entre senhor e escravo e buscando perceber a influência que a estrutura social escravocrata os impunha, pontuando ainda os traços identitários que foram passadas de geração em geração.

7.1 Lembrar para não esquecer “a brutalidade da escravidão”

Eles tratavam com muita judiação os cativos. Vejo o pessoal contar que na fazenda Caitá [e] na fazenda Pimentel tinha um nego chamado Jovino. Esse foi cativo, veio da África. Eu era menino mas alcancei ainda o rosto dele tinha um lapo [...] que quando nascia eles passavam a navalha que era pra marcar os negros. [...] [Os brancos] ia pra África e trazia da África fumo e cachaça chegava os branco fazia aquela festa com o fumo e com a cachaça com o nego. Quando os nego tava bebo ele pegava os nego e [...] quando chegava aqui não tinha pra donde fugir e aqui eles virava cativo. Esse mesmo veio da África assim numa festa quando ficava bebo eles pegavam.¹¹³

113

Idem.

Em grande parte das narrativas a referência à África aparece como um traço marcante de ancestralidade. Essa história relembra as experiências da escravidão e de escravos no Recôncavo baiano, mais especificamente em Catu. Experiências marcadas, sobretudo, pela violência e brutalidade do sistema escravista.

Essa face do depoimento dos entrevistados revela uma espécie de repúdio em relação ao escravismo e à ausência de uma noção de pertencimento e de identidade com o seu passado afrodescendente. De certa forma, essas pessoas veem a escravidão como um período “sombrio” e sentem receio ou vergonha de se declararem fruto daquela forma de dominação, ou seja, não se assumem descendentes de escravos e, pelo contrário, enfatizam que não o foram tentando se distanciar ao máximo do estigma de filhos ou netos de ex-escravos, embora essa memória paradoxalmente os remeta a tal laço sua identidade.

Seu João exemplifica essa conduta quando questionado se seus pais ou avós contavam histórias de escravos, rebateu: o meu avô “[...] tinha escravos. Ele não era escravo não, ele tinha escravos. Mas a família, o povo de meu pai não era da África não, era índio”. Ele se contradiz, contudo, ao afirmar que seu avô dormia numa mesma cama com muitos homens e, numa certa ocasião,

Meu avô contava que [mandaram] ele ‘ataiá’ um cavalo [...]. Ele disse que não podia “ataiá” o cavalo; o cavalo correu, ele pelejou pra pegar, mas num pegou. Quando foi de noite que eles dormiam tudo, numa cama só né? Ele veio, pegou na perna de meu avô, meu avô chamava Sérgio, pegou na perna de Sérgio (...); quando ele pegou e assim que soltou, pensando que era Clarindo, aí meu avô escapuliu, e dormiu no mato [...] mas o véi só fazia bater, trabalhar e bater.¹¹⁴

É difícil imaginar um senhor de escravos que vivenciasse a situação acima descrita, pois esse que, a princípio, pertencia à classe dominante à época, muito dificilmente dormiria com vários homens em uma cama e fosse mandado fazer tarefas com animais e ainda fugisse de eventuais castigos físicos.

Outro depoente nos conta uma narrativa parecida com a do Seu João, tentando se distanciar da genealogia que o ligou ao período de cativo, dizendo que “ouvia os mais velhos falar”, mas sem citar nenhum parentesco, mesmo perguntado sobre isso, talvez esquecendo conscientemente a herança ligada à escravidão.

Quando se fala em escravidão, os depoentes relacionam essa fase histórica como um sistema conturbado no qual o uso radical da violência era abundante, a tortura física demasiada e desnecessária, sem nenhuma humanidade para com o negro, sem pena, somente pelo prazer de maltratar e humilhar o negro escravo e demarcar seu lugar de prestígio. Essas visões são constantes nos discursos dos depoentes e crescem em histórias e contos que envolveram os cativos. Diversos trechos indicam a escravidão como uma instituição essencialmente violenta e torturante. Dona Joana fala que ouvia dizer dos mais velhos que “[...] os brancos eram muitos perversos batiam e judiavam dos pobres” e narra um momento em que um senhor maltratava um homem, obrigando-o a beber cinco litros de pimenta. Tenta mostrar que tamanha era a crueldade do senhor que mesmo homens livres não lhe despertavam simpatia:

[...] chamou o homem pra e comer na casa dele, a nega botou a mesa cheia, farta de comida disse que de tudo tinha na mesa menos a pimenta, aí disse que ele falou tá faltando o que aqui? O homem respondeu: um mo-

lho; aí ele disse: nega pise cinco litros de pimenta e me traga e obrigou o homem comer.¹¹⁵

Seu João é um dos que mais falam sobre a violência. Cita como exemplo, mais uma vez, a história de Juvino. De acordo com Seu João, Juvino tinha sido orientado a buscar um baú para o engenho onde trabalhava em virtude de um casamento que lá ocorreria, porém viu que sozinho não aguentaria o peso e teve que levar o objeto numa carroça que passava pelo custo de dez mil-réis.

Ainda segundo o entrevistado, essa atitude teria irritado sua senhora, que mesmo pagando o dinheiro ao carroceiro, teria punido o negro severamente: “[...] a alimentação que deu foi uma surra. Pegou ele, lá embaixo no engenho, tocou-lhe a taca. Bateu, bateu, bateu...”, afirma. Com isso pretende ressaltar o caráter arbitrário e intransigente do cativo, que torturava por questões insignificantes, como a ínfima quantia que o escravo colocou o senhor para pagar, que “[...] era menos que um vintém, um vintém valia por 10 réis, era uma besteirinha”.

A violência do cativo envolve a maior parte do depoimento de Seu João. Ele narra que seu conhecido, negro Juvino, foi o único que conseguiu fugir daquela vida: “[...] Tinha um bocado de negro aí, só escapou Juvino”. Esse relato pode revelar uma forma de resistência à exploração senhorial, nesse caso reprimida por severos castigos e punições, o que possivelmente levou o cativo a fugir da localidade pelo fato de não se resignar diante da violência sofrida.

Brutalidade, violência e castigos abundam nos depoimentos desses entrevistados. Seu João, um dos nossos protagonistas narrativos, nos conta mais uma história relevante para compormos essa

¹¹⁵

Entrevistado II, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

parte do mosaico da história catuense. Segundo ele, ouviu falar que o Barão de São Miguel “era muito malvado”,

[...] só vivia de esfolar os outros, bater nos pobre e nos cativo. Eu ouvia falar que ele era muito ruim. Um nego que trabalhou comigo me disse que eles pegou o cigano prendeu [...] bateu [...] Assim eu ouvia o pessoal falar. Também, morreu fazendo pena pipocou o corpo todo em ferida. [Limpendo as feridas] tinha duas empregadas, quando uma não guentava mais, tinha que ficar [outra] com a toalha enxugando as feridas até o dia que morreu.¹¹⁶

Os depoimentos e as memórias figuram numa zona que envolve tanto um discurso brando sobre a escravidão, principalmente no Engenho Api, quanto a violência presente no regime escravista na região. O significativo nessas histórias passadas de geração à geração e que têm como marca um traço contraditoriamente familiar com a História da Escravidão na região é o fato de os depoentes compartilharem histórias com personagens de características bastante similares. Ponto comum a uma comunidade que congrega sujeitos históricos compartilhando histórias e memórias coletivizadas ao longo do tempo.

7.2 Memória, paternalismo e escravidão

Dona Faustina tem 76 anos e afirma ser neta de escravos pertencentes ao Engenho Api. Sobre as relações com os outrora senhores de seus antepassados, ela ouvia seus avós dizer que: “lá não tinha negócio de bater nos escravo, nem judiar os escravo. Lá tinha

¹¹⁶

Entrevistado I, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

as escravas que trabalhavam dentro do sobrado e tinha os negros de trabalhar na lida, mas os escravo é como se fosse livre”.¹¹⁷

Ela relata também que lá no Api todo “[...] mundo tinha sua casinha de taipa coberta de palha [...] na Mucunga. Lá a gente plantava fruta, quiabo, jiló, abóbora, batata, mandioca”. Naquelas redondezas “[...] não tinha patrão que nem os branco do Api até hoje [sic] quando fugia um negro das outra fazendas corria pro Api; quando tocava numa estaca do Api, doutor Pedro dizia aí ninguém bole; ele entrava pra dentro da fazenda e aí ia trabalhar.”¹¹⁸

Dona Francisca, viveu muito tempo no Api e assume sem nenhum receio ser filha de um ingênuo – filhos de escravos que nasceram após a Lei do Ventre Livre, de 1871, sob algumas condições. Ela se sente, de algum modo, pertencente à comunidade escrava que se formou no Engenho Api. Afirmo com entusiasmo a maneira como eram tratados os escravos, destacando a forma benevolente que a escravidão daquela comunidade se diferenciava de outros locais:

Meu pai quando nasceu já nasceu livre, agora eu mesmo tenho sangue de escravo, porque meu avô era pai de meu pai e meu pai contava pra gente que quando aconteceu a liberdade ele estava com idade de oito anos, ele sempre contava pra gente e a gente ficou nisso, lembrando ele dizia como era naquele tempo, os escravos eram muito maltratado, sofria muito com os grandão, mas também tinha os homens bons também.¹¹⁹

¹¹⁷ Entrevistado III, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Entrevistado IV, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

Esses “homens bons”, segundo ela, tratavam os escravos sem recorrer a tortura: “[...] lá no Api o pessoal apoiava, não maltrava, não escorraçava, trabalhava”. De igual modo, Seu João deixou suas lembranças genealógicas do Engenho Catuense:

Aí do Api eu não alcancei não. Mas eu vejo falar muito. Aí era o Api, era Pedro Ribeiro. Foi rei. Rei do Api [...] Não os senhores não eram ruim não. O homem era rei, não era ruim não.¹²⁰

O que ele ouviu falar, muito diz respeito à fama que os proprietários do Engenho do Api conseguiram por agir com os escravos por meio de uma estratégia paternalista de dominação. Seu João indica uma espécie de veneração ao Dr. Pedro Ribeiro, a quem chama de Rei. Esse homem foi filho de Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt. Em seu livro de memórias *Longos Serões do campo*¹²¹ ela descreveu a maneira pela qual sua família lidava com os cativos e expôs parâmetros básicos para se entender a complexa estratégia de controle dos escravos denominada de paternalismo, que utilizava toda uma ideologia para manter os negros em sua condição de mão-de-obra para o trabalho do engenho.¹²²

A forma de tratar os escravos narrada por Anna Bittencourt já era realizada por sua mãe, Dona Anna da Anunciação, a qual costumava contar histórias bíblicas às escravas, enquanto faziam serviços domésticos e não admitia castigos físicos em sua propriedade. Na perspectiva senhorial, esse tipo de relação tinha um discurso “civi-

¹²⁰ Entrevistado I, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

¹²¹ BITTENCOURT, Anna. *Longos Serões dos Campos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

¹²² OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2008.

lizador” para com os negros e apresentava inúmeras contradições, pois, ao mesmo tempo em que pregava uma visão “humana” da escravidão, mostrava sua opulência de família rica, explorando o trabalho escravo como qualquer outro engenho o fazia.

Essa estratégia, contudo, não foi totalmente eficaz, visto que após a abolição, muitos ex-escravos abandonaram a fazenda do Api, destruindo as esperanças da senhora de que eles lhe fossem “gratos”; daí sobraram apenas lembranças dos “bons tempos de abastança” e as memórias dos afrodescendentes que conviveram com a “bondade” e “benevolência” senhorial e passaram as gerações.

Diante disso, a grande defesa de Dona Francisca perante o engenho Api justifica-se mediante o caráter paternalista que lá se desenvolveu e também era nítido entre os descendentes de Anna Ribeiro, como Pedro Ribeiro, seu filho, e Clemente Mariani, seu neto, este último bastante conhecido pelos depoentes.

7.3 Lembranças da abolição

Essa relação entre Dona Francisca e o engenho Api explica também a visão pouco divinizada que ela tem da abolição da escravatura, diferentemente das imagens que os outros entrevistados têm desse evento histórico. Enquanto os outros tratam a libertação como um presente de Deus para acabar com o sofrimento dos negros, advindo de uma promessa da Princesa Isabel, Dona Francisca vê somente como um fato, sem se ater nem dar muita importância a ele. Por outro lado, Seu João, nos conta que

A libertação vejo dizer que a princesa Isabel pariu um filho e o menino tinha uma banda branca e outra preta. Ela aí pediu a Deus [sic]; se Deus ajudasse o filho

dela amanhecer todo branco que ela aforrava [alforriava] os escravos. Aí amanheceu todo branco; ela aí aforrou os escravos. Foi os poder de Deus.¹²³

O depoente vê a abolição como uma salvação da tortura e dos maus-tratos direcionados aos cativos e vê na imagem da Princesa Isabel uma alegoria daquela que salvou o mundo pelo parto. Uma visão racializada da abolição que expressa mais a hierarquia racial imposta – e, talvez internalizada também por alguns afrodesdecen-tes – do que da abolição da escravatura propriamente dita. Percebe-se também que, nessa versão, a abolição foi obra divina emanada da Princesa Redentora e não obra dos numerosos negros e abolicionistas ou mesmo do Estado brasileiro.

A escravidão no Brasil, durante o processo que levou à sua extinção oficial em 1888, era identificada como algo que manchava a sociedade por praticamente todos os atores sociais: abolicionistas, intelectuais, políticos, religiosos, senhores e até mesmo pelos próprios indivíduos escravizados. Desta maneira, a escravidão foi associada também à condição de cor das pessoas. Ser negro ou mestiço poderia ser visto como um fato de identificação com a escravidão e essa correlação criava certas hierarquias raciais, às vezes contestada, às vezes aceita pelos afrodescendentes.

Nesse sentido, a imagem de uma criança filha da Princesa Isabel que teria nascido metade branca e metade preta e que, por “milagre”, se torna totalmente branca pode ser tomada como uma metáfora. Quanto à Princesa Redentora, basta lembrar que, de acordo com alguns historiadores como Hebe Mattos e Ana Rios, as narrativas sobre a Abolição elaboram “muito mais do que as tradições familiares”, agregando as diversas construções sobre o processo

¹²³ Entrevistado I, Bela Flor, 19 de junho de 2012.

com que os narradores, em geral, pessoas idosas, tomaram contato ao longo de suas vidas. Segundo esses historiadores, “[...] a concepção mais presente é a da liberdade obtida enquanto dádiva concedida pela Princesa Isabel.” Essa visão não elimina, entretanto, uma memória fragmentada, mesmo que bastante evidente, dos diversos conflitos que envolveram o 13 de Maio.¹²⁴

Dentre os muitos caminhos que essa memória pode seguir, um bastante importante é o da dádiva da liberdade concedida pela Princesa Isabel, presente no depoimento de Seu João. Segundo Hebe Mattos, a libertação significou, naquele contexto, a “[...] transformação definitiva daqueles privilégios efetivamente em direitos.” Para os homens, sobretudo, o direito de controlar o próprio corpo e de comandar o trabalho familiar.¹²⁵

Dessa forma, as histórias narradas pelos entrevistados nos permitem elucidar, de forma bastante concreta, como eram estabelecidas as relações escravocratas na cidade de Catu durante o século XIX. Assim como se pode perceber os discursos sobre o fim da escravidão seguem numa vertente bastante distinta das apresentadas nos livros didáticos, fazendo com que possamos construir uma visão diferente desse período histórico do município catuense.

Nessa perspectiva, a memória pode ser significativa para entender questões como as formas de relacionamento entre senhor e escravo, as formas de resistência, as manifestações religiosas e culturais. Analisar as memórias de pessoas que cresceram ouvindo histórias sobre esse período é uma das maneiras de se construir uma

¹²⁴ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memória do Cativoiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 109.

¹²⁵ Idem, p. 49.

visão diferente da era escravocrata na cidade, onde a opinião do opressor dominava. Por isso se busca perceber se o discurso dos entrevistados recai em histórias esquecidas, silenciadas ou enviesadas, segundo as ideologias vigentes e, em que medida, a influência dessas mesmas relações perpassaram as épocas e marcaram a memória desses idosos no município de Catu.¹²⁶

¹²⁶ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

REFERÊNCIAS



ABREU, Martha. Lei do Ventre Livre. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 468-472.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. (Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFBA), Salvador, 2006;

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. (1ª edição., 1834 fac-similar) Org. Waldir Freitas Oliveira. Salvador FIEB, 2002.

AZEVEDO, Thales. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1959-1960;

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, nº 21-22. 1998-1999. pp. 177-238.

BARICKMAN, *Um contraponto baiano, açúcar, fumo e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELLINI, Lígia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em

cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Longos serões do campo: infância e juventude*. Organização e notas Maria Clara Maria-ni. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: economia e sociedade em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998. (Textos de Milton Santos, Kátia Mattoso, entre outros).

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-188)* Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFBA Salvador, 1996.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A escravidão: convergências e divergências*, 1988.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998. (Textos de Milton Santos, Kátia Mattoso, entre outros).

COSTA E SILVA, Cândido da. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costu-

meira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.123-144;

DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 1995;

DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável. os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

FERREIRA, Jackson. Desta para melhor: o suicídio escravo como uma tentativa de voltar para a casa. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org) *A era da escravidão*. Rio de Janeiro, 2009. (Coleção Revista de História no Bolso).

FONSECA, Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Imprensa Econômica, Bahia, 1887.

EISENBERG, Peter. Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 12, nº2 (1987): 175-216;

GEBARA, Ademir. *O mercado de livre trabalho no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Vol. II. Monumentos e sítios do Recôncavo. 2. ed. Salvador, 1982.

LOUZADA, Cátia. Fundo de emancipação e famílias escravas: o município Neutro na lei de 1871. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959;

MATTOSO, Kátia Queiróz. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Robério Santos. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. Campinas: 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História Privada do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MONTEIRO, Filipe Pinto. Vida em Santidade: modos de ser santo em uma comunidade messiânico-milenarista do sertão baiano (Pau de Colher, 1934-1938). In: *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 18, p.170-195, jul./set. 2010.

MATTOSO, Kátia Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*: São Paulo: Hucitec, 1978.

POLLAK, Michel. Mémoire, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador; Centro de Estudos Baianos da UFBA 2000.

MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 2003.

MATTOSO, Kátia M. de Q. A Propósito de Cartas de Alforrias Bahia 1779-1850. *Anais de Historia*, nº 4 (1972): 23-52.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. No agreste das mulheres a alforria no cotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888). In: *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 42, PP. 01-10. jun. 2010.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. In: *Revista de História*, 1, 2 (2009), pp. 18-39. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/>, acesso em 23/11/2012.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EDUNEB, 2008.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memória do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Sobre o autor



Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Estudo de Linguagens e graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia. É pesquisador do grupo de pesquisa História, Literatura e Memória (UNEB), do grupo de pesquisa Escravidão e invenção da liberdade (UFBA) e do Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Popularização das Ciências (IF BAIANO). É autor do livro "Uma Senhora de engenho no mundo as letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro (2009)", pela Eduneb. É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Catu, onde leciona história para o Ensino Médio e Técnico e desenvolve pesquisa e extensão na área de Educação Científica e Popularização Ciências, coordenando o Projeto Escola Itinerante. Interessa-se por temas relacionados a História, Memória e Literatura na Bahia da Primeira Republica e discussões sobre raça e nação no Brasil.

A Imperial Vila de Santana do Catu
histórias de uma comunidade
escravista no Recôncavo Baiano

é uma edição da Quarteto Editora
Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213 – Ed. Golden Plaza, s/702
Parque Bela Vista – Brotas – Salvador-Bahia
CEP 41.275-000 – Telefax: (0xx)71-3452-0210
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br
www.editoraquarteto.com.br